EDITAL Nº 5/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N. 002-2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 022-2026
CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ - ESTADO DA BAHIA
(RETIFICADO)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Câmara Municipal de Ibirapuã, Bahia, por meio da Pregoeira Municipal designada pela Portaria nº 002 de 02 de janeiro de 2026, sediado a situada na Praça Geraldo Chácara, 16, Centro, Ibirapuã – Bahia. CEP. 45940-000, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento ***menor preço por lote***, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123/06, do Decreto Municipal nº 003/2024, aplicando-se, subsidiariamente, as exigências estabelecidas neste Edital.

- DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 03 de Dezembro de 2026
-HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: 9:00 (Horário de Brasília – DF)
- ENDEREÇO ELETRÔNICO (PLATAFORMA): www.licitanet.com.br
- CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Lote
- MODO DE DISPUTA: Aberto
- VALOR GLOBAL MÁXIMO ESTIMADO: R$ R$ 163.697,30 *(cento e sessenta e três mil, seiscentos e noventa e sete reais e trinta centavos)*.

1. DO OBJETO E DA DIVISÃO EM LOTES

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de bens permanentes corporativos (equipamentos de informática e audiovisual, mobiliário corporativo e sistema de climatização), visando à estruturação e modernização das dependências da Câmara Municipal de Ibirapuã – BA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e no Termo de Referência (Anexo I).

1.2. A licitação será dividida em 03 (três) Lotes distintos, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens (descrição completa

dos itens no Anexo I), que compõem o respectivo lote:

LOTE 1 – EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E AUDIOVISUAL;
LOTE 2 – MOBILIÁRIO CORPORATIVO (ENTRGA DE MOBILIÁRIOS MONTADOS);
LOTE 3 – CLIMATIZAÇÃO E REFRIGERAÇÃO.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da presente contratação correrão á conta de recursos específicos consignados no orçamento Geral da Câmara Municipal do Município, quando da contratação.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no site http://www.licitanet.com.br, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no sistema deverá ser feito no Portal Bolsa Nacional de Compras, no sítio http://www.licitanet.com.br, por meio de certificado digital.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema, implica na responsabilidade do licitante, ou de seu representante legal, e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados, diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação, por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado, conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no portal http://www.licitanet.com.br e mantê-los atualizados, junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, á correção ou á alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no sistema, por meio do sítio http://www.licitanet.com.br

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.1.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei n° 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar n° 123, de 2006.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. Não poderão disputar esta licitação:

4.6. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.7. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.8. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.9. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.10. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.11. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.12. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.13. agente público do órgão ou entidade licitante;

4.14. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

4.15. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.16. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1° do art. 9° da Lei n.° 14.133, de 2021.

4.17. O impedimento de que trata o item 4.9 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.18. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.7 e 4.8 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.19. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.20. O disposto nos itens 4.7 e 4.8 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.21. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente

financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.22. A vedação de que trata o item 4.14 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. O envio da proposta, bem como dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende acata integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo *7º,*XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1° e no inciso III do art. 5° da Constituição

Federal;

5.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei n° 14.133, de 2021.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar n° 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos§§ 1° ao 3° do art. 4°, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 ou 5.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei n° 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.12. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

5.12.1. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço por lote.

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do. sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total do item.

6.1.2. Marca;

6.1.3. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, observado as disposições da Lei n° 14.133/2021.

6.6. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 124 da Lei n° 14.133/2021.

6.7. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.7.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.7.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

6.8. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.9. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.10. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.11. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.12. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.13. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.14. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

6.15. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço por lote, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos;

6.15.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequência!?: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termo do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio Eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.3.1. Deverá ser apresentada, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposição do artigo 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

7.3.2. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.3.3. A desclassificação será sempre fundamentada, com acompanhamento por todos os participantes.

7.3.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.6.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total com a menção do menor preço por lote.

7.6.2. Caso seja atribuído o critério de julgamento de menor preço por lote, o lance a ser aplicado deverá ser expresso em moeda real, correspondente de menor preço por lote atribuído na sua proposta, quando for o caso.

7.7. Os licitantes poderão oferecer lances assim que solicitado pela pregoeira, observando classificação e as regras estabelecidas no Edital.

7.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 0,01 (um centavo).

7.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.14. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.15. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.16. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo o ardem crescente de valores.

7.17. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.18. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.19. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.21. O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido em anexos acompanhados a este Edital

7.22. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.23. Em relação a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno

porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, e esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.24. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima do melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.25. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.26. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.27. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.28. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.28.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei nº 14.133 de 2021, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados, na seguinte ordem:

7.28.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

7.28.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.28.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.28.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.28.2. Persistindo o empate, será assegurado preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.28.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.28.2.2. Empresas brasileiras

7.28.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.29. Caso ainda haja persistência no empate, a proposta vencedora será sorteada dentre as propostas ou os lances empatados.

7.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.30.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado mesmo após a negociação for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.30.2. A negociação será realizada Eletronicamente, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.30.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.30.4. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02:00 horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.30.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará a proposta classificada em primeiro lugar se atender as condições, referente à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação

ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, conforme previsão do art. 14 da lei nº14.133/2021, legislação correlata e no item 4.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geralda União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o estabelecido neste edital.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no Decreto Municipal n. 003/2024.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. contiver vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.8.2. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado, desde que não haja majoração do preço.

8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.12. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da

Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

8.13. A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente entregue impressa 24 horas, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

8.14. A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

8.15. Serão desclassificadas as propostas mais bem classificadas, nos termos do art. 59, da Lei nº 14.133/2021, que:

8.15.1. contiverem vícios insanáveis;

8.15.2. não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

8.15.3. apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

8.15.4. apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

8.15.5. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.15.6. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no item 8.15.5, nos termos do §2º, do artigo 59, da Lei nº 14.133/2021.

8.16. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso e aceitação de todos, e a ocorrência será registrada em ata.

8.17. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até 02:00 horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.17.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de

custo readequadas com o valor final ofertado.

8.18. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de-lucro pretendida.

8.19. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqüeles praticados no mercado em relação aos insumos e quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;

8.20. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

8.20.1. 0 ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.20.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.21. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.22. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.23. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.24. Nos itens para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar á subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC n° 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.25. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação,

nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

9.2. Constatada a existência de sanção, após consulta prevista conforme o disposto no item 8.1, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2.1. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do portal http://www.licitanet.com.br, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica.

9.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, em sede de diligência, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de até 02:00 horas, sob pena de inabilitação, conforme art. 64, da Lei nº 14.133/2021.

9.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.7.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.8. **Habilitação jurídica:**

9.8.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.3. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

9.8.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.5. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.8.6. No caso de exercício de atividade não listadas nos itens acima: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos da legislação pertinente.

9.8.7. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

9.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.9. **Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

9.9.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e/ou Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.9.2. Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;

9.9.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

9.9.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.7. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.8. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.9. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.10. **Qualificação Econômico-Financeira:**

9.10.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.10.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social;

9.10.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação, ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme artigo 65, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

9.10.3.1. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.10.3.2. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.10.4. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.11. Os índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 69, caput e §5º, da Lei 14.133/21, pois

permitem a comprovação de uma avaliação mais precisa da situação financeira da empresa de forma objetiva, os mesmos foram estabelecidos observando percentuais usualmente adotados no mercado para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis, com intuito de garantir a continuidade da execução dos serviços, objeto desta licitação.

9.12. **Qualificação Técnica:**

9.12.1. Comprovação de aptidão para fornecimento em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.12.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

9.12.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.12.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.12.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.13. **Documentações Complementares**

9.13.1. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme art. 68, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.

9.13.2. Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.

9.13.3. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas,

conforme art. 63, inciso IV, da Lei 14.133/2021.

9.13.4. Declaração de microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

9.13.5. Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

9.13.5.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;

9.13.5.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.13.5.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.13.5.4. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;

9.13.5.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.13.5.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.13.5.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.13.6. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado

(a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e

(b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.13.7. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a

licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13.8. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.13.9. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.13.10. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.13.11. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.13.12. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.13.13. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.13.14. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.13.15. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação

recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es), cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.13.16. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64).

9.13.17. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de até 2:00 horas, a contar da solicitação do Pregoeiro:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor;

10.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12, inciso II da Lei nº 14.133/21).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de

outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazode no mínimo 10 (dez minutos), para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer em campo próprio do sistema, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (três) dias úteis, que começarão a contar da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso, sendo-lhes assegurada vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.4. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.4.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.4.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a

qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.8. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.10. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

11.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos na documentação submetida ao sistema, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15 DO TERMO DE CONTRATO

15.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

15.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

15.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1 Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

15.3.2 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3 A contratada reconhece que as hipóteses de extinção são aquelas previstas nos artigos 137 e

138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 139 da mesma Lei.

15.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual e no termo de referência.

15.4.1. A duração dos contratos regidos pelo art. 105, caput, da Lei 14.133, de 2021, pode ultrapassar o exercício financeiro em que celebrados, desde que as despesas a eles referentes sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, permitindo-se, assim, sua inscrição em restos a pagar.

15.5 Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato, bem como o disposto no art. 91 § 4º Lei n. 14.133/21.

15.6 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

16 DO REAJUSTE

16.1 As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Contrato, acompanhadas em anexo a este Edital.

17 DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1 Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência e no Termo de Contrato, anexos deste edital.

18 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência e no Termo de Contrato, anexos deste edital.

19 DO PAGAMENTO

19.1 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência e no Termo de Contrato, anexos deste edital.

20 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.

20.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, com dolo ou culpa o licitante/adjudicatário que:

20.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

20.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

20.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

20.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

20.1.5 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

20.1.5.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

20.1.5.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

20.1.5.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

20.1.5.4 deixar de apresentar amostra;

20.1.5.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

20.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

20.1.7 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração

20.1.8 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

20.1.9 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

20.1.10 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

20.1.11 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

20.1.11.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

20.1.11.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

20.1.11.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

20.1.12 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

20.1.13 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013 .

20.1.14 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

20.1.15 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.3 Com fulcro na Lei 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

20.3.1 advertência;

20.3.2 multa;

20.3.3 impedimento de licitar e contratar;

20.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

20.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

20.4.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

20.4.2 as peculiaridades do caso concreto;

20.4.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

20.4.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

20.4.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.5 A sanção prevista na cláusula 20.3.1 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na cláusula 20.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

20.6 A sanção prevista na cláusula 20.3.2, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na cláusula 20, deste edital.

20.7 A sanção prevista na cláusula 20.3.3 será aplicada ao responsável pelas infrações

administrativas previstas nas cláusulas 20.1.2, 20.1.3, 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6 e 20.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública do ente Municipal que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

20.8 A sanção prevista na cláusula 20.3.4 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas cláusulas 20.1.8, 20.1.9, 20.1.10, 20.1.11 e 20.1.12, bem como
pelas infrações administrativas previstas nas cláusulas 20.1.2, 20.1.3, 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6 e 20.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida na cláusula 20.7 deste edital, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

20.9 As sanções previstas nas cláusulas 20.3.1, 20.3.3 e 20.3.4, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na cláusula 20.3.2.

20.10 Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

20.11 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

20.12 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente as legislações pertinentes.

20.13 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.14 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no processo administrativo que será autuado para essa finalidade.

20.15 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis,

que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

20.16 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos

20.17 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

20.18 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

20.19 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

20.20 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública municipal.

21 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1 Até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da lei 14.133 de 2021.

21.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pela http://www.licitanet.com.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Praça Geraldo Chácara, 16, Centro, Ibirapuã – Bahia. CEP. 45940-000.

21.3 A resposta à impugnação será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

21.4 Acolhida a impugnação, e esta impactar na reformulação da proposta, será definida e publicada nova data para a realização do certame, conforme art. 55, §1º, da Lei nº 14.133/21.

21.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao

Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, exclusivamente pelo endereço eletrônico http://www.licitanet.com.br.

21.6 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo endereço eletrônico http://www.licitanet.com.br. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.7 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

21.8 A resposta ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo o Pregoeiro requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

21.8.1 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, se houver impacto na formulação de propostas.

22 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no diário eletrônico.

22.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a

Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observado os princípios da isonomia e do interesse público.

22.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico https://www.camaraibirapua.ba.gov.br/site/licitacoes e poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Praça Geraldo Chácara, 16, Centro, Ibirapuã – Bahia. CEP. 45940-000 nos dias úteis, no horário das 08 horas às 12 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

22.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

22.12.1 ANEXO I - Termo de Referência

22.12.1 1º Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

22.12.2 2º Apêndice do Anexo I – Matriz de Gerenciamento de Risco

22.12.3 ANEXO II - Modelo de Proposta de Preço

22.12.4 ANEXO III- Minuta de Termo de Contrato

22.12.4 ANEXO IV- Modelo de declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021).

22.12.5 ANEXO V- Modelo de declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, inciso IV, da Lei 14.133/2021).

22.12.6 ANEXO VI- Modelo de declaração de microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

22.12.7 ANEXO VII- Modelo Declaração da licitante de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, inciso VI, da Lei 14.133/2021).

22.12.8 ANEXO VIII - Modelo de declaração de que suas propostas econômicas compreendem

a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Ibirapuã – BA, 18 de novembro de 2026

Natália de Souza Aguiar
PREGOEIRA
CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ

ANEXO I – Termo de Referência

REGÊNCIA LEGAL	
Art. 6º, XXIII c/c art.18, II e art. 40 § 1º ambos da Lei n.º 14.133/2021 (nova Lei de Licitações)	
Ó RGÃO I NTERESSADO/ SETOR	
1 - Câmara Municipal de Ibirapuã 2. O órgão Solicitante: **Secretaria Câmara Municipal.**	
N º DE ORDEM	**CONSIDERAÇÕES:**
TR n.º 002/2026 – SEMAI	Considerando que o termo de referência se trata de documento necessário para a contratação de bens e serviços, e que deve conter os parâmetros e elementos descritivos da contratação.

Sirvo-me do presente para apresentar Termo de Referência:

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Referência consiste na **aquisição de bens permanentes corporativos**, englobando equipamentos de informática, recursos de áudio e vídeo, mobiliário de escritório e sistemas de climatização, visando atender à demanda de estruturação e modernização das dependências desta instituição, conforme os lotes lógicos estabelecidos a seguir.

2. DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação ampara-se legalmente nos ditames da **Lei Federal nº 14.133/2021**.
2.2. A aquisição dos itens de tecnologia justifica-se pela obsolescência do parque tecnológico atual, fazendo-se necessária a inclusão de microcomputadores modernos, portáteis e multifuncionais para a otimização da produtividade e garantia da segurança da informação.
2.3. A aquisição de mobiliário estofado e coletivo visa reestruturar as recepções, salas de atendimento e auditórios, oferecendo condições ergonômicas de saúde e segurança do trabalho.
2.4. A aquisição do sistema de climatização visa garantir o conforto térmico e a salubridade dos ambientes fechados de trabalho e atendimento ao público geral.
2.5. A divisão do objeto em **Lotes por Afinidade de Mercado** atende às recomendações dos órgãos de controle, maximizando a ampla concorrência ao permitir que empresas especializadas de cada setor participem do certame, gerando propostas mais econômicas à Administração.

3. DO AGRUPAMENTO DOS ITENS E LOTES

LOTE 1: EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E AUDIOVISUAL

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	**Computador Tipo All-in-One (Integrado)** **Descrição Geral:** Computador de mesa de formato integrado (All-in-One), contendo monitor, unidade de processamento central, alto-falantes e conexões unificados em um único gabinete físico. **Processador:** Arquitetura x86, com no mínimo 4 núcleos físicos e frequência de clock turbo de até 4.4 GHz, compatível com sistemas operacionais de 64 bits de mercado. **Memória RAM:** Capacidade mínima de 16 GB, tecnologia DDR4, operando em modo compatível com a placa-mãe. **Armazenamento Interno:** Unidade de estado sólido (SSD), com capacidade mínima de armazenamento de 512 GB. **Tela Integrada:** Tamanho diagonal de 23,8 polegadas, tecnologia LED widescreen, com resolução nativa mínima Full HD (1920x1080 pixels) e recurso de ajuste de inclinação vertical do painel. **Sistema Operacional:** Fornecido com licença de sistema operacional original de fábrica, plataforma de 64 bits de mercado, em português do Brasil, devidamente instalada, ativada e pronta para uso. **Áudio:** Sistema de som composto por alto-falantes estéreo embutidos diretamente no gabinete do equipamento. **Conectividade e Interfaces:** Interface de rede sem fio (Wi-Fi) integrada; Interface de comunicação	**Und**	**4**	**R$ 8.126,33**	**R$ 32.505,32**

	Bluetooth integrada; 01 interface de rede cabeada padrão RJ-45 Gigabit Ethernet (10/100/1000 Mbps); Portas de comunicação USB (com suporte a conexões USB 2.0 e USB 3.0/3.1 ou superior); 01 saída de vídeo digital padrão HDMI; Conexões de áudio analógico para fone de ouvido e microfone. **Gabinete e Cor:** Acabamento externo predominantemente na cor preta, com fonte de alimentação externa ou interna automática bivolt (110V/220V).				
2	**Computador Portátil Tipo Notebook** **Descrição Geral:** Computador portátil (tipo Notebook), com gabinete integrado englobando tela, teclado, touchpad e bateria recarregável. **Processador:** Arquitetura x86, contendo no mínimo 10 núcleos e 12 threads, frequência base de 1.3 GHz e frequência de clock turbo de até 4.6 GHz, com memória cache L3 mínima de 12 MB. **Memória RAM:** Capacidade mínima de 8 GB, operando em barramento e tecnologia compatíveis com o processador. **Armazenamento Interno:** Unidade de estado sólido (SSD), com capacidade mínima de armazenamento de 512 GB. **Processamento Gráfico:** Placa de vídeo com arquitetura gráfica integrada ao processador principal, com suporte a resoluções em alta definição. **Tela Integrada:** Tamanho diagonal	**Und**	**8**	**R$ 6.830,00**	**R$ 54.640,00**

	de 15,6 polegadas, tecnologia LED, com resolução nativa mínima Full HD (1920x1080 pixels) e revestimento antirreflexo. **Sistema Operacional:** Fornecido com licença de sistema operacional original de fábrica, plataforma de 64 bits de mercado, em português do Brasil, devidamente instalada, ativada e pronta para uso. **Teclado e Apontador:** Teclado padrão ABNT2 com teclado numérico dedicado integrado. Dispositivo apontador tipo Touchpad integrado ao gabinete com suporte a múltiplos gestos. **Recursos de Áudio e Vídeo:** Câmera de vídeo integrada (webcam) e microfone embutidos no gabinete da tela, além de alto-falantes estéreo integrados. **Conectividade Sem Fio:** Interface de rede sem fio (Wi-Fi) integrada e interface de comunicação Bluetooth de mercado. **Portas e Conexões Mínimas:** Portas USB Tipo-C e Tipo-A (com suporte a conexões USB 3.2 ou superior); 01 saída de vídeo digital padrão HDMI para conexão de monitores externos; Leitor de cartão de memória integrado; Conector de áudio combinado para fone de ouvido e microfone. **Peso do Equipamento:** Peso líquido total do notebook (incluindo a bateria instalada) não superior a 1,60 kg, visando garantir a portabilidade e a ergonomia no transporte institucional diário. **Autonomia da Bateria:** Bateria interna recarregável com capacidade mínima de 54 Wh (Watt-hora),				

	assegurando autonomia de funcionamento contínuo para rotinas administrativas, acompanhada de fonte de alimentação externa automática bivolt (110V/220V).				
3	**Maleta de Transporte para Notebook** **Descrição Geral:** Bolsa de transporte tipo maleta para computador portátil, projetada para acomodar e proteger equipamentos com telas de até 15,6 polegadas. **Compatibilidade e Dimensões:** Compartimento principal acolchoado dimensionado especificamente para o armazenamento seguro de notebooks com tela de 15,6", garantindo a fixação do aparelho sem folgas excessivas. **Material e Resistência:** material sintético impermeável texturizado (tipo em couro ecológico costurado, de alta resistência, com acabamento uniforme e fácil higienização, na cor preta **Compartimentação Interna e Externa:** 01 compartimento principal dedicado e acolchoado para proteção do notebook contra impactos e riscos; no mínimo 01 bolso ou compartimento externo/frontal com fechamento por zíper, destinado ao transporte de acessórios essenciais (fonte de alimentação, cabos, mouse). **Sistemas de Fechamento:** Zíperes de alta resistência mecânica em todos os compartimentos externos, com puxadores reforçados. **Ergonomia e Transporte:** Alça de mão integrada, reforçada e acolchoada para transporte vertical	**Und**	**8**	**R$ 344,33**	**R$ 2.754,64**

	confortável; Alça de ombro (tiracolo) ajustável, removível e equipada com apoio acolchoado para distribuição de peso. **Cor:** Acabamento externo predominantemente na cor preta ou grafite escuro, com costuras reforçadas nos pontos de maior tração.				
4	**Televisor Smart TV 65" Ultra HD 4K** **Descrição Geral:** Aparelho receptor de televisão digital com funções interativas (Smart TV), com painel de exibição de grandes dimensões. **Tela e Painel:** Tamanho diagonal nominal de 65 polegadas, tecnologia de painel LED, DLED ou equivalente de mercado. **Resolução de Vídeo:** Resolução nativa Ultra HD 4K (mínimo de 3840 x 2160 pixels), com suporte a tecnologias de aprimoramento de imagem e ampla faixa dinâmica (como HDR ou superior). **Frequência e Processamento:** Taxa de atualização nativa mínima de 60 Hz, acompanhada de processador integrado capaz de realizar o redimensionamento de imagens (upscaling) para a resolução Ultra HD. **Conectividade Sem Fio:** Interface de rede sem fio (Wi-Fi) integrada (padrão dual-band) e interface de comunicação Bluetooth ativa de mercado. **Interfaces e Portas de Conexão Mínimas:** No mínimo 03 entradas de vídeo digital padrão HDMI (sendo pelo menos uma delas compatível	**Und**	**1**	**R$ 6.586,67**	**R$ 6.586,67**

	com o canal de retorno de áudio / eARC); No mínimo 01 ou 02 portas de comunicação USB para leitura de arquivos de mídia; 01 porta de rede cabeada padrão RJ-45 (Ethernet); 01 saída de áudio digital óptica ou analógica; 01 entrada de antena/cabo (padrão RF) compatível com o sistema brasileiro de TV digital. **Recursos de Smart TV:** Sistema operacional de mercado instalado de fábrica, com suporte nativo a atualizações de segurança, navegador de internet integrado, loja de aplicativos e funções de espelhamento de tela para computadores portáteis e dispositivos móveis. **Sistema de Áudio:** Alto-falantes estéreo integrados ao gabinete, com potência de saída combinada mínima de 20W RMS e suporte a decodificação de áudio digital de mercado. **Alimentação e Energia:** Fonte de alimentação integrada automática bivolt (110V/220V), operando na frequência de 50/60Hz. **Acessórios Inclusos:** Acompanha obrigatoriamente 01 controle remoto funcional com pilhas inclusas, cabo de alimentação, bases/pés de sustentação para mesa ou balcão e **01 suporte fixo de parede** compatível com o padrão de furação VESA do equipamento ofertado, com capacidade de carga adequada ao peso do aparelho.				
5	**IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL MONOCROMÁTICA A LASER (A4)** **1. DIRETRIZES OPERACIONAIS**	**Und**	**1**	**R$ 4.990,33**	**R$ 4.990,33**

	E CAPACIDADE: **Funções Integradas:** Equipamento multifuncional com suporte nativo para funções de impressão, cópia e digitalização de documentos (*Scanner*); **Velocidade de Impressão/Cópia:** Rendimento e velocidade nominal de até 45 páginas por minuto (ppm) em formato A4; **Resolução de Impressão:** Resolução nativa de saída de no mínimo 1200 x 1200 dpi; **Painel de Controle:** Painel de operação frontal dotado de tela sensível ao toque (*Touchscreen*) colorida com tamanho mínimo de 7 polegadas; **Memória Interna:** Capacidade de memória volátil de processamento de até 3,5 GB. **2. SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO, SUPRIMENTOS E CONSUMÍVEIS:** **Capacidade Máxima de Papel:** Suporte para alimentação expansível de até 2.600 folhas; **Módulo de Expansão Opcional:** Compatibilidade com cassete complementar de alimentação de papel para alta capacidade (configuração de 500 folhas x 4); **Formatos de Mídia Suportados:** Tamanhos de papel compatíveis do padrão A5 até o formato Ofício (variando em dimensões mínimas de 13,9 cm x 21,5 cm a limites de 21,5 cm x 35,5 cm), com suporte para envelopes e tamanhos personalizados; **Toner Inicial (Incluso de Fábrica):** Fornecimento acompanhado de cartucho de toner inicial preto com capacidade de rendimento mínimo para até 6.000 páginas em padrão A4; **Rendimento do Cartucho de**				

	Reposição (Balizamento de Custos): Compatibilidade com cartucho de toner padrão de reposição com rendimento médio aproximado de até 12.500 páginas em padrão A4, sob as diretrizes da norma internacional de aferição ISO/IEC 19752. **3. CONECTIVIDADE, COMPATIBILIDADE E ARMAZENAMENTO:** **Compatibilidade de Sistemas:** Suporte nativo e compatibilidade multiplataforma com diversos sistemas operacionais e ferramentas integradas de impressão móvel corporativa; **Interface e Gerenciamento de Impressão:** Compatibilidade com sistemas de gerenciamento eletrônico e recursos do tipo *Thin Print* (módulo integrado ou suporte equivalente); **Armazenamento de Dados:** Suporte para expansão e armazenamento por meio de interface para Cartão SD (capacidades de 16 GB e 32 GB) e unidades de disco rígido/estado sólido (opções de armazenamento de 64 GB SSD, 256 GB SSD ou 512 GB SSD); **Interface de Rede Sem Fio (Wireless):** Suporte interno ou através de módulos de conectividade LAN sem fio integrados. **4. DIRETRIZES DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO:** **Proteção de Dados:** Presença de soluções e protocolos avançados embarcados de segurança e integridade de dados processados na memória; **Autenticação e Controle de Acesso:** Compatibilidade nativa com kit eletrônico de autenticação por meio de crachá/cartão de identificação por rádio frequência, garantindo o				

	controle rígido de usuários. **5. DIMENSÕES FÍSICAS E PESO BRUTO DO EQUIPAMENTO: Dimensões Nominais Máximas (Largura x Profundidade x Altura):** Medidas corporativas estruturadas em até 47,4 cm x 47,4 cm x 57,4 cm (L x P x A);				
	VALOR ESTIMADO DO LOTE				**R$ 101.476,96**

LOTE 2: MOBILIÁRIO CORPORATIVO

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	LONGARINA 03 LUGARES, TIPO DIRETOR: composta por 03 assentos individuais fixados em estrutura única, destinada a ambientes corporativos ou institucionais; Assentos e encostos com estrutura interna em madeira multilaminada ou similar, moldados anatomicamente, proporcionando apoio adequado às regiões lombar e dorsal; Espuma injetada anatômica em poliuretano, garantindo conforto e resistência ao uso contínuo; Revestimento em couro ecológico costurado, de alta resistência, com acabamento uniforme e fácil higienização, na cor preta; Dotada de braços laterais e intermediários fixos, com estrutura metálica resistente e apoio superior com acabamento compatível ao revestimento; Base estrutural em tubo de aço com pintura eletrostática anticorrosiva, com pés niveladores ou sapatas de proteção para o piso; Estrutura reforçada, sem folgas, empenamentos ou irregularidades; Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação,	**Und**	**25**	**R$ 1.973,00**	**R$ 49.325,00**

	estrutura e revestimento.				
2	**Sofá Corporativo de 02 Lugares** **Descrição Geral:** Assento estofado tipo sofá com capacidade para 02 lugares, destinado a recepções e salas de espera. **Dimensões Gerais (Limites de Tolerância):** Comprimento/Largura Total: Mínimo de 155 cm e máximo de 160 cm (visando atender à referência de 157 cm sem direcionamento de fabricante); Profundidade Total: Entre 75 cm e 85 cm; Altura Total: Entre 75 cm e 90 cm. **Estrutura Interna:** Confeccionada em madeira maciça de reflorestamento, imunizada e seca em estufa, ou material de engenharia equivalente, com reforços estruturais nas junções para evitar oscilações ou instabilidade. **Estofamento e Sustentação:** Sistema de sustentação do assento através de percintas elásticas de alta resistência ou molas, combinado com camadas de espuma injetada ou laminada de poliuretano (PU). **Revestimento:** Acabamento externo integral em material sintético impermeável texturizado (tipo Corino ou equivalente de alta resistência mecânica), com costuras industriais reforçadas, resistente a rasgos e atritos, permitindo fácil higienização. **Base e Pés:** Dotado de pés de sustentação fixos, confeccionados em material de alta resistência, equipados com sapatas de proteção para evitar riscos ou danos ao piso. **Capacidade de Carga:** Estrutura	**Unid**	**1**	**R$ 3.102,00**	**R$ 3.102,00**

	projetada para suportar uma carga estática distribuída mínima de 200 kg sobre a área dos assentos, sem apresentar falhas estruturais. **Cor e Normas:** Acabamento externo do revestimento predominantemente na cor preta. O produto deverá atender aos requisitos de estabilidade, resistência e segurança aplicáveis ao mobiliário estofado institucional vigentes.				
3	**Sofá Corporativo de 03 Lugares** **Descrição Geral:** Assento estofado tipo sofá com capacidade para 03 lugares, destinado a recepções e salas de espera institucionais. **Dimensões Gerais (Limites de Tolerância):** Comprimento/Largura Total: Mínimo de 210 cm e máximo de 215 cm (visando atender à referência de 212 cm sem direcionamento de fabricante); Profundidade Total: Entre 75 cm e 85 cm; Altura Total: Entre 75 cm e 90 cm. **Estrutura Interna, Estofamento e Revestimento:** Padrão idêntico ao Item 2.2, preservando a harmonia estética e visual do mobiliário institucional (madeira tratada, percintas, espumas de alta resiliência e revestimento integral em material sintético tipo Corino). **Capacidade de Carga:** Estrutura dimensionada e reforçada para suportar uma carga estática distribuída mínima de 300 kg sobre a área dos assentos. **Cor e Acabamento:** Predominantemente na cor preta, livre de imperfeições, rebarbas ou	**Und**	**1**	**R$ 3.926,67**	**R$ 3.926,67**

	desalinhamentos de costura.				
	VALOR ESTIMADO DO LOTE				**R$ 56.353,67**

LOTE 3: CLIMATIZAÇÃO E REFRIGERAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	**Aparelho de Ar-Condicionado Split Inverter 18.000 BTUs** **Descrição Geral:** Aparelho de condicionador de ar de formato dividido (tipo Split), composto por unidade interna (evaporadora) e unidade externa (condensadora). **Capacidade de Refrigeração e Ciclo:** Capacidade nominal de 18.000 BTU/h, Operação em Ciclo Frio. **Tecnologia do Compressor:** Tipo Inverter (com velocidade variável), visando maior eficiência energética, menor oscilação de temperatura e redução no consumo elétrico. **Eficiência Energética:** Classificação energética "A" estabelecida de acordo com as diretrizes e índices de desempenho vigentes do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel) / Inmetro. **Fluido Refrigerante:** Utilização de gás ecológico (como R-32, R-410A ou equivalente de mercado que não agrida a camada de ozônio), não inflamável e atóxico. **Funções Mínimas:** Modos de	**Und**	**1**	**R$ 5.866,67**	**R$ 5.866,67**

	Refrigeração, Ventilação, Desumidificação e Automático; Controle de velocidade de ventilação; Defletores de ar com ajuste de direcionamento; Funções de temporizador (Timer) e modo noturno/sono. **Filtragem e Purificação:** Sistema de filtragem de ar integrado, lavável e de fácil remoção, capaz de reter poeira, impurezas, fungos e bactérias. **Alimentação Elétrica:** Tensão de operação compatível com a rede local (geralmente 220V), monofásico ou bifásico, na frequência de 60Hz. Acompanha controle remoto sem fio com tela digital.				
	VALOR ESTIMADO DO LOTE				**R$ 5.866,67**

VALOR GLOBAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (LOTES 1 + 2 + 3): R$ 163.697,30 *(cento e sessenta e três mil, seiscentos e noventa e sete reais e trinta centavos)*.

Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais de mercado (art.6º,XIII,Lei14.133/2021).

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, compreendendo o prazo de entrega, recebimento definitivo e cobertura de garantia técnica.

VII. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar (ETP) nº 002 /2026 e seu Anexo I, apensos aos autos do Processo Administrativo.

O objeto foi parcelado em 03 (três) Lotes distintos por afinidade técnica e segmento econômico, visando

ampliar a competitividade e assegurar a padronização estética e funcional dentro de cada grupo, nos termos do art. 40, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

VIII. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE TRABALHO DO LEGISLATIVO

A contratação compreende o fornecimento integral de bens permanentes novos, de primeiro uso e em linha atual de fabricação, entregues na sede da Câmara Municipal de Ibirapuã – BA.

IX. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Com base nestas informações para que o objeto da contratação seja atendido, é necessário o atendimento de alguns requisitos mínimos necessários, dentre eles os de qualidade e capacidade de execução pelo contratado, minimamente os dispostos nos artigos 62, 66, 67, 68 e 69 da Lei Federal 14.133/2021.

Habilitação jurídica:

a) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

c) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

e) Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

f) No caso de exercício de atividade não listadas nos itens acima: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos da legislação pertinente.

g) No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a

ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Regularidade fiscal, social e trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

b) Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

g) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

h) Declaração de cumprimento ao disposto no Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e outras que forem necessárias.

Qualificação Econômico-Financeira:

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando

encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

b.1) No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, os documentos exigidos acima, limitar-se-á ao último exercício;

b.2) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

b.3) É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social;

c) Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

c.1) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

c.2) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

c.3) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica:

Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, o licitante provisoriamente vencedor deverá apresentar os seguintes documentos, estritamente vinculados ao(s) lote(s) em que sagrar-se vencedor:

1. Atestado(s) de Capacidade Técnica:

- **1.1.** Apresentação de, no mínimo, **01 (um) Atestado de Capacidade Técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado do emitente (ou com assinatura digital válida), que comprove ter o licitante executado fornecimento pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto do respectivo lote disputado:
    - **Para o Lote 1 (Informática e Audiovisual):** Comprovação de fornecimento anterior de equipamentos de informática (computadores, notebooks ou impressoras) e/ou recursos audiovisuais (televisores corporativos).
    - **Para o Lote 2 (Mobiliário Corporativo):** Comprovação de fornecimento anterior de mobiliário corporativo ou institucional (como longarinas, cadeiras ou sofás), incluindo a entrega destes devidamente montados.
    - **Para o Lote 3 (Climatização e Refrigeração):** Comprovação de fornecimento anterior de aparelhos de ar-condicionado tipo *Split*.
- **1.2.** Será admitido o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante ou sucessiva para fins de comprovação da capacidade operacional.
- **1.3.** Os atestados deverão conter a identificação clara do emitente (razão social, CNPJ, endereço e telefone/e-mail de contato), bem como a descrição dos bens fornecidos e o atesto de cumprimento

satisfatório das obrigações.

- **1.4.** Caso haja dúvida quanto à veracidade ou ao conteúdo do atestado apresentado, o Pregoeiro poderá realizar diligência (art. 64 da Lei nº 14.133/2021), solicitando cópia do contrato, nota de empenho ou nota fiscal que deu suporte ao documento.

2. Catálogos, Folders ou Fichas Técnicas Oficiais (Aceitação Técnica):

- **2.1.** O licitante detentor da melhor proposta deverá encaminhar, juntamente com a proposta comercial ajustada, catálogos, prospectos ou fichas técnicas emitidas pelo fabricante (em português) de todos os itens ofertados no lote, demonstrando o atendimento integral às especificações mínimas do Termo de Referência (incluindo a etiqueta de eficiência energética Selo Procel "A" para a Smart TV e para o aparelho de ar-condicionado).

X. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Prazo de Entrega: O prazo para entrega é de **imediato**, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento / Nota de Empenho pela contratada.

Local de Entrega: Sede da Câmara Municipal de Ibirapuã, localizada na Praça Geraldo Chácara,16, Centro, Ibirapuã – BA, em dias úteis de segunda-feira a sexta-feira, no horário de 08h00 às 14h00, mediante prévio agendamento com o Setor de Patrimônio.

Garantia Técnica: Todos os equipamentos e móveis deverão possuir garantia mínima de **12 (doze) meses** contra defeitos de fabricação, contada a partir da data do Termo de Recebimento Definitivo, prevalecendo a garantia do fabricante caso seja superior.

A critério da Secretaria de Câmara, o fornecimento será submetido à avaliação pelo fiscal de contrato, tendo como critérios a qualidade do produto o compromisso com a entrega, bem como o atendimento das especificações mínimas.

XI. MODELO DE GESTÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um gestor do contrato, especialmente designado, na oportunidade indicamos como fiscal do contrato o Servidor efetivo Adão Ferreira Costa Filho, responsável pelo setor de Almoxarifado do Município.

O recebimento do produto ocorrerá com lastro nas disposições do art. 40, II da Lei n.º 14.133/2021. Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento, com verificação posterior

da conformidade do material com as exigências contratuais e definitivamente, pelo FISCAL DO CONTRATO do o Srª. Marta Maria de Lira Mendonça, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º)

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário

Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

O gestor do contrato deverá elaborará relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração

Os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.

Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações listadas no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021;

Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as sanções previstas no artigo 156 da Lei n.º 14.133/2021;

Na aplicação da sanção de multa, prevista no inciso II do **caput** do art. 156 desta Lei, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar., previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 desta Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores

estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

XII. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR;

Menor Preço por Lote

XIII. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES E DO VALOR DA AQUISIÇÃO

As quantidades foram dimensionadas com base no levantamento físico da estrutura administrativa, parlamentar e de atendimento ao público da Câmara Municipal de Ibirapuã estas detalhadas no Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar.

A aquisição definitiva de bens permanentes por meio de Pregão Eletrônico, constitui a solução mais econômica, duradoura e vantajosa para a Administração Pública Com base em pesquisa preliminar de preços realizada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e em contratações similares de órgãos públicos.

XIV. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão á conta de recursos especifícos consignados no orçamento Geral da Câmara Municipal do Municípi, quando da contratação.

Ibirapuã, Bahia, 18 de setembro de 2026.

Jose Matias Viana Neto
PRESIDENTE
CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ

1ºApendice do ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 022/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 002/2026

ÓRGÃO: Câmara Municipal de Ibirapuã – Estado da Bahia

INTRODUÇÃO

A Nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133/2021, atribuiu ao planejamento das licitações a hierarquia de princípio, propiciando aos gestores públicos instrumentos para governança e concretude deste princípio. As contratações públicas são instrumentos para a realização das políticas públicas, cujo planejamento ocasiona contratações significativamente mais efetivas.

Desse modo, a realização de estudos prévios à contratação conduz ao conhecimento de novas modelagens/metodologias ofertadas pelo mercado, resultando na melhor qualidade do gasto e em uma gestão eficiente dos recursos públicos.

O presente documento, enquanto elemento essencial ao planejamento, ao cumprir as determinações legais relacionadas à sua elaboração, caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento, uma vez que apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. Deste modo, busca-se assegurar a viabilidade (técnica e econômica) da contratação pública pretendida, bem como o levantamento dos elementos essenciais que servirão de base para compor o Termo de Referência.

1. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO – OBJETO E JUSTIFICATIVA (Art. 18, § 1º, I)

1.1. Aquisição definitiva de bens permanentes corporativos divididos em 03 (três) lotes comerciais homogêneos — **Lote 1:** Equipamentos de Informática e Audiovisual; **Lote 2:** Mobiliário Corporativo com entrega e montagem no local; e **Lote 3:** Climatização e Refrigeração **sem instalação** — para reestruturar e modernizar as dependências da Câmara Municipal de Ibirapuã – BA.

1.2. A medida justifica-se pela obsolescência do parque tecnológico atual, pelo desgaste do mobiliário do Plenário e recepção (exigindo adequação ergonômica às normas ABNT/NR-17), pela necessidade de projeção pública das sessões em tela de 65" 4K e pela urgência de climatização térmica eficiente com baixo consumo energético (tecnologia *Inverter*), destinando-se os bens antigos ao remanejamento ou baixa patrimonial.

2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, § 1º, III)

2.1. Requisitos Gerais e Vedação a Bens de Luxo (Art. 20 da Lei nº 14.133/2021): Todos os bens permanentes especificados possuem padrão de qualidade comum e corporativo, estritamente voltados à funcionalidade, durabilidade e eficiência do serviço público, sendo expressamente vedada a aquisição de artigos de luxo ou ostentação.

2.2. Requisitos Específicos por Lote:

- **Lote 1 (Informática e Audiovisual):** Equipamentos novos, de primeiro uso e em linha atual de fabricação, com garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação e assistência técnica autorizada no território nacional. As 08 maletas de transporte devem possuir compartimento acolchoado compatível com os notebooks de 15,6" adquiridos.
- **Lote 2 (Mobiliário Corporativo):** Móveis novos, fabricados em conformidade com as normas técnicas da ABNT e parâmetros ergonômicos da NR-17, revestidos em material sintético impermeável texturizado (tipo couro ecológico/corino) de fácil higienização na cor preta, **entregues devidamente montados e nivelados nos setores indicados pela Câmara, sem custos adicionais**.
- **Lote 3 (Climatização e Refrigeração – Sem Instalação):** Aparelho novo, com tecnologia *Inverter*, classificação energética Selo Procel "A" (Inmetro), fluido refrigerante ecológico (R-32 ou R-410A) e tensão compatível com a rede elétrica local (220V). **O escopo deste lote restringe-se exclusivamente ao fornecimento do equipamento lacrado na embalagem original do fabricante, sem serviços de instalação**.

3 e 4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, § 1º, IV e VI)

As quantidades foram dimensionadas com base no levantamento físico dos postos de trabalho ativos, na capacidade de lotação do Plenário e na carga térmica da sala de destino, totalizando o valor global máximo estimado de **R$ 163.697,30** ***(cento e sessenta e três mil, seiscentos e noventa e sete reais e trinta centavos).***

Lote 1 – Equipamentos de Informática e Audiovisual

- **Item 1.1 – Computador Tipo All-in-One (Integrado) 23,8": 04 (quatro) unidades** (destinadas

às estações fixas de trabalho da Secretaria Administrativa, Contabilidade/Licitações e Recepção/Protocolo, otimizando o espaço físico das bancadas).

- **Item 1.2 – Computador Portátil Tipo Notebook 15,6": 08 (oito) unidades** (destinadas à Presidência, Assessoria Jurídica, Controle Interno e apoio aos vereadores nas sessões, comissões e diligências externas de fiscalização).
- **Item 1.3 – Maleta de Transporte para Notebook: 08 (oito) unidades** (01 unidade vinculada a cada notebook adquirido para proteção física no deslocamento diário).
- **Item 1.4 – Televisor Smart TV 65" Ultra HD 4K: 01 (uma) unidade** (acompanhada de suporte fixo de parede padrão VESA, destinada ao Plenário para exibição pública de pautas, projetos de lei e votações).
- **Item 1.5 – Impressora Multifuncional Monocromática a Laser (A4): 01 (uma) unidade** (velocidade até 45 ppm e toner inicial para até 6.000 páginas, destinada à centralização das rotinas de impressão, cópia e digitalização na Secretaria).

Lote 2 – Mobiliário Corporativo (Entrega com mobiliário devidamente montado)

- **Item 2.1 – Longarina 03 Lugares, Tipo Diretor: 25 (vinte e cinco) unidades**, totalizando 75 (setenta e cinco) assentos individuais (22 unidades para a galeria popular do Plenário e 03 unidades para a área de espera/recepção).
- **Item 2.2 – Sofá Corporativo de 02 Lugares: 01 (uma) unidade** (destinada à sala de espera institucional / recepção da Presidência).
- **Item 2.3 – Sofá Corporativo de 03 Lugares: 01 (uma) unidade** (destinada à sala de espera institucional / recepção da Presidência, compondo conjunto padronizado com o Item 2.2).

Lote 3 – Climatização e Refrigeração (Sem Instalação)

- **Item 3.1 – Aparelho de Ar-Condicionado Split Inverter 18.000 BTUs (Sem Instalação): 01 (uma) unidade** (dimensionada pela norma térmica de 600 a 800 BTUs/m² acrescida da carga térmica de ocupantes e eletrônicos para climatização de sala administrativa/reuniões).

---

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E A ESCOLHA DA SOLUÇÃO (Art. 18, § 1º, V)

5.1. Foram analisadas duas alternativas disponíveis no mercado para suprir a demanda da Câmara Municipal:

- **Solução 1:** Locação de equipamentos de informática, climatização e mobiliário corporativo;

- **Solução 2:** Aquisição definitiva de bens permanentes por meio de Pregão Eletrônico.

  5.2. Análise Comparativa e Conclusão: A locação não se mostra economicamente vantajosa para o Poder Legislativo, pois o desembolso mensal contínuo de aluguel de móveis, televisores e climatizadores supera rapidamente o valor de compra, sem incorporar patrimônio ao órgão. Quanto aos computadores e notebooks, o quantitativo reduzido (12 máquinas no total) torna o modelo de *outsourcing* oneroso frente à compra direta com garantia de fábrica. Portanto, a **aquisição definitiva (Solução 2)** representa a alternativa mais econômica, duradoura e eficiente para a Administração.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO GLOBAL COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO CICLO DE TRABALHO DO LEGISLATIVO (Art. 18, § 1º, VII)

6.1. A solução consiste na aquisição definitiva de bens permanentes corporativos novos, de primeiro uso e em linha atual de fabricação, divididos em 03 (três) lotes comerciais homogêneos, concebidos para atender integralmente o ciclo de trabalho administrativo, parlamentar e de atendimento ao público da Câmara Municipal de Ibirapuã – BA.

O **Lote 1** (04 All-in-One, 08 notebooks com maletas, 01 Smart TV 65" 4K e 01 multifuncional laser) moderniza a tramitação interna, a fiscalização externa e a transparência no Plenário; o **Lote 2** (25 longarinas de 03 lugares e 02 sofás) assegura ergonomia e acolhimento ao cidadão com entrega e montagem inclusas; e o **Lote 3** (01 ar-condicionado Split Inverter 18.000 BTUs) contempla **exclusivamente o fornecimento do equipamento lacrado (sem instalação)** para futura climatização térmica eficiente das rotinas legislativas. Todo o fornecimento ocorrerá sob frete tipo CIF na sede da Câmara Municipal, com tombamento patrimonial e garantia técnica mínima de 12 meses.

7. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO (Art. 18, § 1º, VIII)

7.1. Em conformidade com a Súmula nº 247 do TCU e o art. 40, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, optou-se pela divisão do objeto em **03 (três) Lotes homogêneos comerciais** (Lote 1: Informática e Audiovisual; Lote 2: Mobiliário Corporativo com montagem; Lote 3: Climatização **sem instalação**). O parcelamento amplia a competitividade ao permitir a participação de empresas especializadas em cada nicho de mercado, evitando a restrição de disputa.

Por outro lado, o agrupamento interno dentro de cada lote justifica-se pela economia de escala e pela

necessidade de compatibilidade técnica entre notebooks e maletas (Lote 1) e **padronização estética, de tonalidade (cor preta) e acabamento** dos móveis no Plenário e recepção (Lote 2), enquanto o Lote 3 é composto por item único (01 aparelho de ar-condicionado), operando na prática como disputa por item isolado.

8. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS, CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (Art. 18, § 1º, X e XI)

8.1. Providências Prévias da Administração: Antes do recebimento dos bens, a Secretaria da Câmara deverá liberar as áreas do Plenário e recepção para montagem do mobiliário, verificar os pontos elétricos e de rede lógica, e designar a fiscalização contratual (Portaria nº 003/2026).

8.2. Contratações Correlatas / Interdependentes (Instalação do Lote 3): Como o Lote 3 contempla **exclusivamente o fornecimento do aparelho de ar-condicionado lacrado (sem instalação)**, a Câmara Municipal providenciará, de forma correlata e à parte, a instalação física do equipamento por meio de **técnico ou empresa credenciada pelo fabricante** (acompanhada dos insumos de tubulação e suporte), assegurando o pleno funcionamento do bem e a preservação integral da garantia de fábrica de 12 meses. Em exercício subsequente, deverá ser prevista também a aquisição de cartuchos de toner de reposição para a impressora multifuncional.

9. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (Art. 18, § 1º, XII)

9.1. Os potenciais impactos ambientais decorrentes desta contratação envolvem o consumo de energia elétrica, a extração de insumos florestais e o descarte futuro de resíduos eletroeletrônicos (*e-lixo*). Para mitigar tais riscos e atender ao art. 45 da Lei nº 14.133/2021, exige-se eficiência energética comprovada (Selo Procel "A" na Smart TV e no aparelho de ar-condicionado com tecnologia *Inverter*), utilização de fluido refrigerante ecológico (R-32 ou R-410A) que não agride a camada de ozônio, mobiliário confeccionado com madeira de reflorestamento legalizada, além do cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) mediante logística reversa e destinação ambientalmente adequada de embalagens, baterias e suprimentos.

10. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, § 1º, XIII)

10.1. Diante de todas as análises técnicas, mercadológicas, ambientais e econômicas levantadas neste

Estudo Técnico Preliminar, a Equipe de Planejamento da Contratação declara **VIÁVEL** a aquisição definitiva dos bens permanentes corporativos (equipamentos de informática e audiovisual, mobiliário corporativo com montagem e sistema de climatização **sem instalação**), dividida em 03 (três) lotes comerciais homogêneos. A solução escolhida mostra-se técnica e financeiramente vantajosa, guarda total alinhamento com o planejamento orçamentário da Casa e atende plenamente ao interesse público e às necessidades operacionais da Câmara Municipal de Ibirapuã – BA.

Ibirapuã – BA, 18 de novembro de 2026

Jose Matias Viana Neto
PRESIDENTE
CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ

2º Apendice do ANEXO I - Matriz de Gerenciamento de Riscos

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 022/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 002/2026

REFERÊNCIA: Termo de Referência nº 002/2026 – SEMAI / Estudo Técnico Preliminar nº 002/2026

ÓRGÃO: Câmara Municipal de Ibirapuã – Estado da Bahia

OBJETO: Aquisição definitiva de bens permanentes corporativos, divididos em 03 (três) lotes homogêneos (Lote 1: Equipamentos de Informática e Audiovisual; Lote 2: Mobiliário Corporativo devidamente montados; Lote 3: Climatização e Refrigeração), no valor global estimado de **R$ 163.697,30** *(cento e sessenta e três mil, seiscentos e noventa e sete reais e trinta centavos)*.

1. METODOLOGIA E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO (Art. 22 da Lei nº 14.133/2021)

Para fins de mapeamento preventivo e preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, os riscos foram classificados quanto à **Probabilidade** (Baixa, Média ou Alta) e ao **Impacto** (Baixo, Médio ou Alto), definindo-se previamente a alocação da responsabilidade objetiva entre a **Administração Pública (Câmara Municipal)** e a **Contratada**.

2. MATRIZ DE RISCOS – FASE 1: PLANEJAMENTO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR

ID	Evento de Risco	Causa Provável	Consequência / Dano	Probab.	Impacto	Alocação	Ação Preventiva (Controle)	Ação de Contingência (Mitigação)	Responsável
R01	**Pesquisa de preços distorcida (sobrepreço ou inexequibilidade)**	Uso exclusivo de cotações locais ou falha na filtragem de preços discrepantes.	Licitação deserta/fracassada ou apontamento de sobrepreço pelo TCM-BA.	Média	Alto	Administração	Priorizar o PNCP e contratações similares (art. 23), aplicando tratamento estatístico adequado.	Revisar a cesta de preços, ajustar os valores de referência e republicar o edital.	Equipe de Planejamento
R02	**Especificação técnica restritiva ou direcionada**	Descrição excessivamente fechada ou menção a	Impugnação do edital, restrição à competitividade e anulação do	Baixa	Alto	Administração	Definir padrões usuais de desempenho	Suspender a sessão, acatar impugnação procedente,	Equipe de Planejamento e Pregoeiro

		marca/código exclusivo.	certame.				(art. 6º, XIII), vedar marcas e proibir itens de luxo.	retificar o TR nº 002/2026 e reabrir prazo.	
R03	**Lances inexequíveis ou "jogo de planilha" dentro do lote**	Empresa reduz drasticamente um item do lote e superfatura outro item isolado.	Desequilíbrio contratual ou abandono da entrega pela empresa vencedora.	Média	Alto	Contratada	Exigir proposta ajustada item a item sem valores unitários acima do estimado e aplicar art. 59.	Abrir diligência (2h) para comprovação de custos e desclassificar propostas sem viabilidade.	Pregoeiro(a)
R04	**Contratação de empresa sem saúde financeira ou capacidade técnica**	Falha na conferência dos índices (LG, SG, LC > 1) ou dos atestados por lote.	Inexecução contratual, atraso na modernização e necessidade de nova licitação.	Baixa	Alto	Administração	Exigir balanço dos 2 últimos exercícios, índices assinados por contador e atestado compatível por lote.	Inabilitar a empresa irregular e convocar a licitante subsequente na ordem de classificação.	Pregoeiro(a)

3. MATRIZ DE RISCOS – FASE 2: EXECUÇÃO CONTRATUAL E ENTREGA POR LOTE

ID	Evento de Risco	Causa Provável	Consequência / Dano	Probab.	Impacto	Alocação	Ação Preventiva (Controle)	Ação de Contingência (Mitigação)	Responsável
R05	**Atraso na entrega física dos equipamentos e móveis**	Falha logística do fornecedor, ruptura de estoque ou problemas no transporte.	Atraso na reestruturação do Plenário e dos setores da Câmara Municipal.	Média	Médio	Contratada	Fixar prazo imediato sob frete CIF (Praça Geraldo Chácara, 16) e prever sanções (art. 156).	Notificar formalmente a contratada, instaurar processo sancionador (art. 158) e chamar 2º colocado.	Gestor e Fiscal do Contrato
R06	**LOTE 1: Entrega de eletrônicos**	Envio de hardware inferior ao	Recusa no recebimento, inutilização dos	Média	Alto	Contratada	Exigir catálogos/fichas técnicas na	Reter o Recebimento Definitivo e	Fiscal Técnico (**Marta**

	obsoletos, sem licença original ou maleta incompatível	TR (All-in-One, Notebook, TV 65", Laser) ou maleta menor que 15,6".	acessórios ou bloqueio de software.				proposta ajustada e auditar especificações no Recebimento Definitivo.	exigir substituição integral sem ônus para a Câmara.	**Maria de Lira Mendonça**)
R07	**LOTE 2: Entrega de 25 longarinas e 02 sofás desmontados ou com variação de cor**	Falta de equipe de montagem da contratada ou lotes de fabricação distintos.	Despadronização visual no Plenário ou custo extra para a Câmara montar 75 assentos.	Média	Médio	Contratada	Exigir no TR entrega e montagem completa no local, cor preta uniforme e padrão ABNT/NR-17.	Recusar o atesto definitivo até a conclusão total da montagem e troca de peças despadronizadas.	Fiscal do Contrato e Almoxarifado (**Adão Ferreira Costa Filho**)
R08	**LOTE 3: Entrega do ar-condicionado 18.000 BTUs com voltagem incompatível ou perda de garantia na instalação à parte**	Fornecimento em tensão errada (127V em rede 220V) ou instalação posterior por profissional não credenciado	Impossibilidade de ligar o aparelho, equipamento parado na caixa ou anulação da garantia de fábrica..	Média	Alto	Administração e Contratada	Exigir da contratada equipamento novo, lacrado, 220V e Selo Procel A; providenciar pela Câmara técnico credenciado pelo fabricante para instalar à parte.	Solicitar troca imediata em caso de divergência de voltagem na entrega e exigir nota/laudo do instalador credenciado	Fiscal Técnico (**Marta Maria de Lira Mendonça**)
R09	**Danos à estrutura física do prédio (paredes/pisos) durante descarga**	Manuseio descuidado de móveis pesados ou perfurações inadequadas na alvenaria.	Prejuízo ao patrimônio imóvel da Câmara Municipal de Ibirapuã.	Baixa	Médio	Contratada	Prever responsabilidade civil da contratada no contrato por danos causados durante a execução.	Notificar a empresa para reparo imediato da alvenaria/piso ou glosar o valor do conserto.	Gestor e Fiscal do Contrato
R10	**Incompatibilidade prévia da rede elétrica ou espaço físico da Câmara**	Falta de ponto 220V dedicado para o ar-condicionado ou rede lógica para	Equipamentos entregues mas impossibilitados de entrar em operação imediata.	Baixa	Médio	Administração	Vistoriar pontos elétricos (110V/220V) e liberar o Plenário/salas antes da Ordem de	Executar adequação elétrica interna urgente pela equipe de manutenção predial da	Secretaria da Câmara Municipal

		PCs/TV.					Fornecimento.	Câmara.	

4. MATRIZ DE RISCOS – FASE 3: PÓS-VENDA, GARANTIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS

ID	Evento de Risco	Causa Provável	Consequência / Dano	Probab.	Impacto	Alocação	Ação Preventiva (Controle)	Ação de Contingência (Mitigação)	Responsável
R11	**Defeito técnico durante a garantia (12 meses) e demora na assistência**	Vício oculto de fabricação em placas, fontes, compressores ou estofados.	Paralisação de postos de trabalho ou gasto indevido de verba pública com conserto.	Média	Médio	Contratada	Fixar garantia mínima de **12 meses** a contar do Recebimento Definitivo e exigir assistência autorizada.	Emitir notificação de garantia e aplicar penalidades do art. 156 em caso de omissão.	Gestor e Fiscal do Contrato
R12	**Inconsistência contábil, patrimonial ou atraso no envio ao TCM-BA**	Nota fiscal genérica, falta de plaqueta patrimonial ou perda de prazo no SIGA/e-TCM.	Apontamento na prestação de contas e multa ao ordenador de despesas.	Baixa	Alto	Administração	Conferir DANFE item a item, tombar bens no almoxarifado e acompanhar manutenção das CNDs.	Retificar a Nota Fiscal antes da liquidação e regularizar imediatamente a remessa no e-TCM.	Fiscal Administrativo e Contabilidade

5. ENCERRAMENTO E ASSINATURAS (Art. 22 da Lei nº 14.133/2021)

O presente Mapa e Matriz de Gerenciamento de Riscos integra a fase preparatória do Processo Administrativo nº 022/2026 (Pregão Eletrônico nº 002/2026) e deverá ser atualizado sempre que ocorrer evento relevante durante a seleção do fornecedor ou ao longo da execução contratual.

Ibirapuã – BA, 18 de novembro de 2026

Jose Matias Viana Neto
PRESIDENTE
CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
(Apresentar em papel timbrado da empresa)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 022/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

À Câmara Municipal de Ibirapuã – BA

A/C: Sr.(a) Pregoeiro(a)

1. IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE

- Razão Social: _____
- CNPJ: _____ | Inscrição Estadual: _____
- Endereço Completo: _____
- Cidade/UF: _____ | CEP: _____
- Telefone/WhatsApp: _____ | E-mail Oficial: _____
- Dados Bancários: Banco _____ | Agência _____ | Conta Corrente _____
- Representante Legal (assinatura do contrato): _____
- CPF: _____ | RG: _____

2. OBJETO E PLANILHA DE PREÇOS AJUSTADOS AO ÚLTIMO LANCE

Apresentamos nossa proposta comercial ajustada ao último lance ofertado no Pregão Eletrônico nº 002/2026, cujo objeto é o fornecimento de bens permanentes corporativos para a Câmara Municipal de Ibirapuã – BA, conforme especificações técnicas mínimas exigidas no Termo de Referência:

[O LICITANTE DEVERÁ MANTER E PREENCHER APENAS O(S) LOTE(S) EM QUE FOI VENCEDOR]

LOTE 1: EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E AUDIOVISUAL

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	**Computador Tipo All-in-One (Integrado)** **Descrição Geral:** Computador de mesa de formato integrado (All-in-One), contendo monitor, unidade de processamento central, alto-falantes e conexões unificados em um único gabinete físico. **Processador:** Arquitetura x86, com no mínimo 4 núcleos físicos e frequência de clock turbo de até 4.4 GHz, compatível com sistemas operacionais de 64 bits de mercado. **Memória RAM:** Capacidade mínima de 16 GB, tecnologia DDR4, operando em modo compatível com a placa-mãe. **Armazenamento Interno:** Unidade de estado sólido (SSD), com capacidade mínima de armazenamento de 512 GB. **Tela Integrada:** Tamanho diagonal de 23,8 polegadas, tecnologia LED widescreen, com resolução nativa mínima Full HD (1920x1080 pixels) e recurso de ajuste de inclinação vertical do painel. **Sistema Operacional:** Fornecido com licença de sistema operacional original de fábrica, plataforma de 64 bits de mercado, em português do Brasil, devidamente instalada, ativada e pronta para uso. **Áudio:** Sistema de som composto por alto-falantes estéreo embutidos diretamente no gabinete do equipamento. **Conectividade e Interfaces:** Interface de rede sem fio (Wi-Fi) integrada; Interface de comunicação Bluetooth integrada; 01 interface de rede cabeada padrão RJ-45 Gigabit Ethernet (10/100/1000 Mbps);	**Und**	**4**		

	Portas de comunicação USB (com suporte a conexões USB 2.0 e USB 3.0/3.1 ou superior); 01 saída de vídeo digital padrão HDMI; Conexões de áudio analógico para fone de ouvido e microfone. **Gabinete e Cor:** Acabamento externo predominantemente na cor preta, com fonte de alimentação externa ou interna automática bivolt (110V/220V).				
2	**Computador Portátil Tipo Notebook** **Descrição Geral:** Computador portátil (tipo Notebook), com gabinete integrado englobando tela, teclado, touchpad e bateria recarregável. **Processador:** Arquitetura x86, contendo no mínimo 10 núcleos e 12 threads, frequência base de 1.3 GHz e frequência de clock turbo de até 4.6 GHz, com memória cache L3 mínima de 12 MB. **Memória RAM:** Capacidade mínima de 8 GB, operando em barramento e tecnologia compatíveis com o processador. **Armazenamento Interno:** Unidade de estado sólido (SSD), com capacidade mínima de armazenamento de 512 GB. **Processamento Gráfico:** Placa de vídeo com arquitetura gráfica integrada ao processador principal, com suporte a resoluções em alta definição. **Tela Integrada:** Tamanho diagonal de 15,6 polegadas, tecnologia LED, com resolução nativa mínima Full HD (1920x1080 pixels) e revestimento antirreflexo. **Sistema Operacional:** Fornecido com licença de sistema operacional original de fábrica, plataforma de 64 bits de mercado, em português do Brasil, devidamente instalada,	**Und**	**8**		

	ativada e pronta para uso. **Teclado e Apontador:** Teclado padrão ABNT2 com teclado numérico dedicado integrado. Dispositivo apontador tipo Touchpad integrado ao gabinete com suporte a múltiplos gestos. **Recursos de Áudio e Vídeo:** Câmera de vídeo integrada (webcam) e microfone embutidos no gabinete da tela, além de alto-falantes estéreo integrados. **Conectividade Sem Fio:** Interface de rede sem fio (Wi-Fi) integrada e interface de comunicação Bluetooth de mercado. **Portas e Conexões Mínimas:** Portas USB Tipo-C e Tipo-A (com suporte a conexões USB 3.2 ou superior); 01 saída de vídeo digital padrão HDMI para conexão de monitores externos; Leitor de cartão de memória integrado; Conector de áudio combinado para fone de ouvido e microfone. **Peso do Equipamento:** Peso líquido total do notebook (incluindo a bateria instalada) não superior a 1,60 kg, visando garantir a portabilidade e a ergonomia no transporte institucional diário. **Autonomia da Bateria:** Bateria interna recarregável com capacidade mínima de 54 Wh (Watt-hora), assegurando autonomia de funcionamento contínuo para rotinas administrativas, acompanhada de fonte de alimentação externa automática bivolt (110V/220V).				
3	**Maleta de Transporte para Notebook** **Descrição Geral:** Bolsa de transporte tipo maleta para computador portátil, projetada para acomodar e proteger equipamentos com telas de até 15,6 polegadas. **Compatibilidade e**	**Und**	**8**		

	Dimensões: Compartimento principal acolchoado dimensionado especificamente para o armazenamento seguro de notebooks com tela de 15,6", garantindo a fixação do aparelho sem folgas excessivas. **Material e Resistência:** material sintético impermeável texturizado (tipo em couro ecológico costurado, de alta resistência, com acabamento uniforme e fácil higienização, na cor preta **Compartimentação Interna e Externa:** 01 compartimento principal dedicado e acolchoado para proteção do notebook contra impactos e riscos; no mínimo 01 bolso ou compartimento externo/frontal com fechamento por zíper, destinado ao transporte de acessórios essenciais (fonte de alimentação, cabos, mouse). **Sistemas de Fechamento:** Zíperes de alta resistência mecânica em todos os compartimentos externos, com puxadores reforçados. **Ergonomia e Transporte:** Alça de mão integrada, reforçada e acolchoada para transporte vertical confortável; Alça de ombro (tiracolo) ajustável, removível e equipada com apoio acolchoado para distribuição de peso. **Cor:** Acabamento externo predominantemente na cor preta ou grafite escuro, com costuras reforçadas nos pontos de maior tração.				
4	**Televisor Smart TV 65" Ultra HD 4K** **Descrição Geral:** Aparelho receptor de televisão digital com funções interativas (Smart TV), com painel de exibição de grandes dimensões. **Tela e Painel:** Tamanho diagonal nominal de 65 polegadas, tecnologia de painel LED, DLED ou equivalente de	**Und**	**1**		

	mercado. **Resolução de Vídeo:** Resolução nativa Ultra HD 4K (mínimo de 3840 x 2160 pixels), com suporte a tecnologias de aprimoramento de imagem e ampla faixa dinâmica (como HDR ou superior). **Frequência e Processamento:** Taxa de atualização nativa mínima de 60 Hz, acompanhada de processador integrado capaz de realizar o redimensionamento de imagens (upscaling) para a resolução Ultra HD. **Conectividade Sem Fio:** Interface de rede sem fio (Wi-Fi) integrada (padrão dual-band) e interface de comunicação Bluetooth ativa de mercado. **Interfaces e Portas de Conexão Mínimas:** No mínimo 03 entradas de vídeo digital padrão HDMI (sendo pelo menos uma delas compatível com o canal de retorno de áudio / eARC); No mínimo 01 ou 02 portas de comunicação USB para leitura de arquivos de mídia; 01 porta de rede cabeada padrão RJ-45 (Ethernet); 01 saída de áudio digital óptica ou analógica; 01 entrada de antena/cabo (padrão RF) compatível com o sistema brasileiro de TV digital. **Recursos de Smart TV:** Sistema operacional de mercado instalado de fábrica, com suporte nativo a atualizações de segurança, navegador de internet integrado, loja de aplicativos e funções de espelhamento de tela para computadores portáteis e dispositivos móveis. **Sistema de Áudio:** Alto-falantes estéreo integrados ao gabinete, com potência de saída combinada mínima de 20W RMS e suporte a decodificação de áudio digital de mercado. **Alimentação e Energia:** Fonte				

	de alimentação integrada automática bivolt (110V/220V), operando na frequência de 50/60Hz. **Acessórios Inclusos:** Acompanha obrigatoriamente 01 controle remoto funcional com pilhas inclusas, cabo de alimentação, bases/pés de sustentação para mesa ou balcão e **01 suporte fixo de parede** compatível com o padrão de furação VESA do equipamento ofertado, com capacidade de carga adequada ao peso do aparelho.				
5	**IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL MONOCROMÁTICA A LASER (A4)** **1. DIRETRIZES OPERACIONAIS E CAPACIDADE:** **Funções Integradas:** Equipamento multifuncional com suporte nativo para funções de impressão, cópia e digitalização de documentos (*Scanner*); **Velocidade de Impressão/Cópia:** Rendimento e velocidade nominal de até 45 páginas por minuto (ppm) em formato A4; **Resolução de Impressão:** Resolução nativa de saída de no mínimo 1200 x 1200 dpi; **Painel de Controle:** Painel de operação frontal dotado de tela sensível ao toque (*Touchscreen*) colorida com tamanho mínimo de 7 polegadas; **Memória Interna:** Capacidade de memória volátil de processamento de até 3,5 GB. **2. SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO, SUPRIMENTOS E CONSUMÍVEIS:** **Capacidade Máxima de Papel:** Suporte para alimentação expansível de até 2.600 folhas; **Módulo de Expansão**	**Und**	**1**		

	Opcional: Compatibilidade com cassete complementar de alimentação de papel para alta capacidade (configuração de 500 folhas x 4); **Formatos de Mídia Suportados:** Tamanhos de papel compatíveis do padrão A5 até o formato Ofício (variando em dimensões mínimas de 13,9 cm x 21,5 cm a limites de 21,5 cm x 35,5 cm), com suporte para envelopes e tamanhos personalizados; **Toner Inicial (Incluso de Fábrica):** Fornecimento acompanhado de cartucho de toner inicial preto com capacidade de rendimento mínimo para até 6.000 páginas em padrão A4; **Rendimento do Cartucho de Reposição (Balizamento de Custos):** Compatibilidade com cartucho de toner padrão de reposição com rendimento médio aproximado de até 12.500 páginas em padrão A4, sob as diretrizes da norma internacional de aferição ISO/IEC 19752. **3. CONECTIVIDADE, COMPATIBILIDADE E ARMAZENAMENTO:** **Compatibilidade de Sistemas:** Suporte nativo e compatibilidade multiplataforma com diversos sistemas operacionais e ferramentas integradas de impressão móvel corporativa; **Interface e Gerenciamento de Impressão:** Compatibilidade com sistemas de gerenciamento eletrônico e recursos do tipo *Thin Print* (módulo integrado ou suporte equivalente); **Armazenamento de Dados:** Suporte para expansão e armazenamento por meio de interface para Cartão SD (capacidades de 16 GB e 32 GB) e unidades de disco rígido/estado sólido (opções de armazenamento de 64 GB SSD, 256 GB SSD ou 512 GB				

	SSD); **Interface de Rede Sem Fio (Wireless):** Suporte interno ou através de módulos de conectividade LAN sem fio integrados. **4. DIRETRIZES DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO:** **Proteção de Dados:** Presença de soluções e protocolos avançados embarcados de segurança e integridade de dados processados na memória; **Autenticação e Controle de Acesso:** Compatibilidade nativa com kit eletrônico de autenticação por meio de crachá/cartão de identificação por rádio frequência, garantindo o controle rígido de usuários. **5. DIMENSÕES FÍSICAS E PESO BRUTO DO EQUIPAMENTO:** **Dimensões Nominais Máximas (Largura x Profundidade x Altura):** Medidas corporativas estruturadas em até 47,4 cm x 47,4 cm x 57,4 cm (L x P x A);				
	VALOR TOTAL DO LOTE				

LOTE 2: MOBILIÁRIO CORPORATIVO

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	LONGARINA 03 LUGARES, TIPO DIRETOR: composta por 03 assentos individuais fixados em estrutura única, destinada a ambientes corporativos ou institucionais; Assentos e encostos com estrutura interna em madeira multilaminada ou similar, moldados anatomicamente, proporcionando apoio adequado às regiões lombar e dorsal; Espuma injetada anatômica em poliuretano, garantindo conforto e resistência ao uso contínuo; Revestimento em couro	**Und**	**25**		

	ecológico costurado, de alta resistência, com acabamento uniforme e fácil higienização, na cor preta; Dotada de braços laterais e intermediários fixos, com estrutura metálica resistente e apoio superior com acabamento compatível ao revestimento; Base estrutural em tubo de aço com pintura eletrostática anticorrosiva, com pés niveladores ou sapatas de proteção para o piso; Estrutura reforçada, sem folgas, empenamentos ou irregularidades; Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, estrutura e revestimento.				
2	**Sofá Corporativo de 02 Lugares** **Descrição Geral:** Assento estofado tipo sofá com capacidade para 02 lugares, destinado a recepções e salas de espera. **Dimensões Gerais (Limites de Tolerância):** Comprimento/Largura Total: Mínimo de 155 cm e máximo de 160 cm (visando atender à referência de 157 cm sem direcionamento de fabricante); Profundidade Total: Entre 75 cm e 85 cm; Altura Total: Entre 75 cm e 90 cm. **Estrutura Interna:** Confeccionada em madeira maciça de reflorestamento, imunizada e seca em estufa, ou material de engenharia equivalente, com reforços estruturais nas junções para evitar oscilações ou instabilidade. **Estofamento e Sustentação:** Sistema de sustentação do assento através de percintas elásticas de alta resistência ou molas, combinado com camadas de espuma injetada ou laminada de poliuretano (PU). **Revestimento:** Acabamento externo integral em material sintético impermeável texturizado (tipo Corino ou	**Unid**	**1**		

	equivalente de alta resistência mecânica), com costuras industriais reforçadas, resistente a rasgos e atritos, permitindo fácil higienização. **Base e Pés:** Dotado de pés de sustentação fixos, confeccionados em material de alta resistência, equipados com sapatas de proteção para evitar riscos ou danos ao piso. **Capacidade de Carga:** Estrutura projetada para suportar uma carga estática distribuída mínima de 200 kg sobre a área dos assentos, sem apresentar falhas estruturais. **Cor e Normas:** Acabamento externo do revestimento predominantemente na cor preta. O produto deverá atender aos requisitos de estabilidade, resistência e segurança aplicáveis ao mobiliário estofado institucional vigentes.				
3	**Sofá Corporativo de 03 Lugares** **Descrição Geral:** Assento estofado tipo sofá com capacidade para 03 lugares, destinado a recepções e salas de espera institucionais. **Dimensões Gerais (Limites de Tolerância):** Comprimento/Largura Total: Mínimo de 210 cm e máximo de 215 cm (visando atender à referência de 212 cm sem direcionamento de fabricante); Profundidade Total: Entre 75 cm e 85 cm; Altura Total: Entre 75 cm e 90 cm. **Estrutura Interna, Estofamento e Revestimento:** Padrão idêntico ao Item 2.2, preservando a harmonia estética e visual do mobiliário institucional (madeira tratada, percintas, espumas de alta resiliência e revestimento integral em material sintético tipo Corino). **Capacidade de Carga:** Estrutura dimensionada e	**Und**	**1**		

	reforçada para suportar uma carga estática distribuída mínima de 300 kg sobre a área dos assentos. **Cor e Acabamento:** Predominantemente na cor preta, livre de imperfeições, rebarbas ou desalinhamentos de costura.				
	VALOR TOTAL DO LOTE				

LOTE 3: CLIMATIZAÇÃO E REFRIGERAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	**Aparelho de Ar-Condicionado Split Inverter 18.000 BTUs** **Descrição Geral:** Aparelho de condicionador de ar de formato dividido (tipo Split), composto por unidade interna (evaporadora) e unidade externa (condensadora). **Capacidade de Refrigeração e Ciclo:** Capacidade nominal de 18.000 BTU/h, Operação em Ciclo Frio. **Tecnologia do Compressor:** Tipo Inverter (com velocidade variável), visando maior eficiência energética, menor oscilação de temperatura e redução no consumo elétrico. **Eficiência Energética:** Classificação energética "A" estabelecida de acordo com as diretrizes e índices de desempenho vigentes do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel) / Inmetro. **Fluido Refrigerante:** Utilização de gás ecológico (como R-32, R-410A ou equivalente de mercado que não agrida a camada de ozônio), não inflamável e atóxico. **Funções Mínimas:** Modos de Refrigeração, Ventilação,	**Und**	**1**		

	Desumidificação e Automático; Controle de velocidade de ventilação; Defletores de ar com ajuste de direcionamento; Funções de temporizador (Timer) e modo noturno/sono. **Filtragem e Purificação:** Sistema de filtragem de ar integrado, lavável e de fácil remoção, capaz de reter poeira, impurezas, fungos e bactérias. **Alimentação Elétrica:** Tensão de operação compatível com a rede local (geralmente 220V), monofásico ou bifásico, na frequência de 60Hz. Acompanha controle remoto sem fio com tela digital.				
	VALOR TOTAL DO LOTE				

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R$00,00 (escrever por extenso)

3. DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS DA PROPOSTA

Declaramos, sob as penas da lei, que:

a) Nos preços propostos estão inclusos todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento integral do objeto, incluindo frete/transporte até a sede da Câmara Municipal de Ibirapuã – BA, descarga, impostos, taxas, encargos trabalhistas, seguro, garantia técnica e mobiliário devidamente montado (no caso do Lote 2), estando cientes de que o Lote 3 contempla apenas o fornecimento do equipamento sem instalação;

b) Todos os bens ofertados são novos, de primeiro uso, em linha atual de fabricação e atendem integralmente às especificações do Termo de Referência, conforme catálogos/fichas técnicas oficiais anexos a esta proposta;

c) O prazo de validade desta proposta é de ____ (mínimo 60) dias corridos,
contados da data de sua apresentação;

d) O prazo de entrega será de imediato após o recebimento da Ordem de Fornecimento / Nota de Empenho;

e) A garantia técnica mínima será de 12 (doze) meses contados do Termo de Recebimento Definitivo.

Cidade,___de_____de 20XX.

_____

(nome, carimbo, assinatura do responsável legal da empresa).

OBS: *Nos termos da cláusula instrumento convocatório, deverá ser apresentada, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposição do artigo 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021.*

ANEXO III

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002-2026.

AQUISIÇÃO DE BENS PERMANENTES CORPORATIVOS

MINUTA DE CONTRATO 002-2026

Termo de Contrato n°_____-2026 por Pregão Eletrônico nº 002-2026, objetivando a Aquisição de Bens Permanentes Corporativos para estruturação e modernização do Poder Legislativo, que entre si celebram a Câmara Municipal e a empresa ....., conforme segue.

O CAMARA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ nº 03.611.060/0001-39, localizada na Praça Geraldo Chácara, 16, Centro, Ibirapuã – Bahia. CEP. 45940-000, legalmente representado por seu presidente, o Sr. Sr. Jose Matias Viana Neto, brasileiro, maior, portador do CPF sob o nº 430.140.975-00 e RG 318371154, residente e domiciliado na Rua Otavio Mangabeira, nº 13, Centro, CEP 45.940-000, Município de Ibirapuã/BA, doravante denominado **Contratante,** e a empresa ....., CNPJ nº ....., sediada na ....., neste ato representado pelo Sr(a). ....., RG..... CPF.....,aqui denominado **CONTRATADA,** celebram o presente Contrato Administrativo regido pela legislação aplicável e pelas Cláusulas a seguir ajustadas::

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Contrato Administrativo é oriundo do Processo de **Pregão Eletrônico n° 002-2026**, que tem amparo legal no inciso I, do art. 28, da Lei n° 14.133 de 01 de abril de 2021, demais legislações que regem a matéria e pelas normas contidas no respectivo Processo Administrativo, que é parte integrante desta avença, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS (Art.92,I e II)

O objeto do presente Contrato é a aquisição de bens permanentes corporativos para estruturação e modernização das dependências da Câmara Municipal de Ibirapuã – BA, conforme especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência e na proposta adjudicada da CONTRATADA:

LOTE 1: EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E AUDIOVISUAL

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	**Computador Tipo All-in-One (Integrado)** **Descrição Geral:** Computador de mesa de formato integrado (All-in-One), contendo monitor, unidade de processamento central, alto-falantes e conexões unificados em um único gabinete físico. **Processador:** Arquitetura x86, com no mínimo 4 núcleos físicos e frequência de clock turbo de até 4.4 GHz, compatível com sistemas operacionais de 64 bits de mercado. **Memória RAM:** Capacidade mínima de 16 GB, tecnologia DDR4, operando em modo compatível com a placa-mãe. **Armazenamento Interno:** Unidade de estado sólido (SSD), com capacidade mínima de armazenamento de 512 GB. **Tela Integrada:** Tamanho diagonal de 23,8 polegadas, tecnologia LED widescreen, com resolução nativa mínima Full HD (1920x1080 pixels) e recurso de ajuste de inclinação vertical do painel. **Sistema Operacional:** Fornecido com licença de sistema operacional original de fábrica, plataforma de 64 bits de mercado, em português do Brasil, devidamente instalada, ativada e pronta para uso. **Áudio:** Sistema de som composto por alto-falantes estéreo embutidos diretamente no gabinete do equipamento. **Conectividade e Interfaces:** Interface de rede sem fio (Wi-Fi) integrada; Interface de comunicação Bluetooth integrada; 01 interface de rede cabeada padrão RJ-45 Gigabit Ethernet (10/100/1000 Mbps); Portas de comunicação USB (com suporte a	**Und**	**4**		

	conexões USB 2.0 e USB 3.0/3.1 ou superior); 01 saída de vídeo digital padrão HDMI; Conexões de áudio analógico para fone de ouvido e microfone. **Gabinete e Cor:** Acabamento externo predominantemente na cor preta, com fonte de alimentação externa ou interna automática bivolt (110V/220V).				
2	**Computador Portátil Tipo Notebook** **Descrição Geral:** Computador portátil (tipo Notebook), com gabinete integrado englobando tela, teclado, touchpad e bateria recarregável. **Processador:** Arquitetura x86, contendo no mínimo 10 núcleos e 12 threads, frequência base de 1.3 GHz e frequência de clock turbo de até 4.6 GHz, com memória cache L3 mínima de 12 MB. **Memória RAM:** Capacidade mínima de 8 GB, operando em barramento e tecnologia compatíveis com o processador. **Armazenamento Interno:** Unidade de estado sólido (SSD), com capacidade mínima de armazenamento de 512 GB. **Processamento Gráfico:** Placa de vídeo com arquitetura gráfica integrada ao processador principal, com suporte a resoluções em alta definição. **Tela Integrada:** Tamanho diagonal de 15,6 polegadas, tecnologia LED, com resolução nativa mínima Full HD (1920x1080 pixels) e revestimento antirreflexo. **Sistema Operacional:** Fornecido com licença de sistema operacional original de fábrica, plataforma de 64 bits de mercado, em português do Brasil, devidamente instalada, ativada e pronta para uso. **Teclado e Apontador:** Teclado padrão ABNT2 com teclado numérico dedicado integrado. Dispositivo apontador tipo Touchpad integrado ao gabinete com suporte a múltiplos gestos. **Recursos de Áudio e Vídeo:** Câmera de vídeo integrada (webcam) e	**Und**	**8**		

	microfone embutidos no gabinete da tela, além de alto-falantes estéreo integrados. **Conectividade Sem Fio:** Interface de rede sem fio (Wi-Fi) integrada e interface de comunicação Bluetooth de mercado. **Portas e Conexões Mínimas:** Portas USB Tipo-C e Tipo-A (com suporte a conexões USB 3.2 ou superior); 01 saída de vídeo digital padrão HDMI para conexão de monitores externos; Leitor de cartão de memória integrado; Conector de áudio combinado para fone de ouvido e microfone. **Peso do Equipamento:** Peso líquido total do notebook (incluindo a bateria instalada) não superior a 1,60 kg, visando garantir a portabilidade e a ergonomia no transporte institucional diário. **Autonomia da Bateria:** Bateria interna recarregável com capacidade mínima de 54 Wh (Watt-hora), assegurando autonomia de funcionamento contínuo para rotinas administrativas, acompanhada de fonte de alimentação externa automática bivolt (110V/220V).				
3	**Maleta de Transporte para Notebook** **Descrição Geral:** Bolsa de transporte tipo maleta para computador portátil, projetada para acomodar e proteger equipamentos com telas de até 15,6 polegadas. **Compatibilidade e Dimensões:** Compartimento principal acolchoado dimensionado especificamente para o armazenamento seguro de notebooks com tela de 15,6", garantindo a fixação do aparelho sem folgas excessivas. **Material e Resistência:** material sintético impermeável texturizado (tipo em couro ecológico costurado, de alta resistência, com acabamento uniforme e fácil higienização, na cor preta **Compartimentação Interna e Externa:** 01 compartimento principal dedicado e acolchoado para proteção do notebook contra impactos e riscos; no mínimo 01 bolso ou	**Und**	**8**		

	compartimento externo/frontal com fechamento por zíper, destinado ao transporte de acessórios essenciais (fonte de alimentação, cabos, mouse). **Sistemas de Fechamento:** Zíperes de alta resistência mecânica em todos os compartimentos externos, com puxadores reforçados. **Ergonomia e Transporte:** Alça de mão integrada, reforçada e acolchoada para transporte vertical confortável; Alça de ombro (tiracolo) ajustável, removível e equipada com apoio acolchoado para distribuição de peso. **Cor:** Acabamento externo predominantemente na cor preta ou grafite escuro, com costuras reforçadas nos pontos de maior tração.				
4	**Televisor Smart TV 65" Ultra HD 4K** **Descrição Geral:** Aparelho receptor de televisão digital com funções interativas (Smart TV), com painel de exibição de grandes dimensões. **Tela e Painel:** Tamanho diagonal nominal de 65 polegadas, tecnologia de painel LED, DLED ou equivalente de mercado. **Resolução de Vídeo:** Resolução nativa Ultra HD 4K (mínimo de 3840 x 2160 pixels), com suporte a tecnologias de aprimoramento de imagem e ampla faixa dinâmica (como HDR ou superior). **Frequência e Processamento:** Taxa de atualização nativa mínima de 60 Hz, acompanhada de processador integrado capaz de realizar o redimensionamento de imagens (upscaling) para a resolução Ultra HD. **Conectividade Sem Fio:** Interface de rede sem fio (Wi-Fi) integrada (padrão dual-band) e interface de comunicação Bluetooth ativa de mercado. **Interfaces e Portas de Conexão Mínimas:** No mínimo 03 entradas de vídeo digital padrão HDMI (sendo pelo menos uma delas compatível com o canal de retorno de áudio / eARC); No mínimo 01 ou 02 portas de comunicação USB para leitura de	**Und**	**1**		

	arquivos de mídia; 01 porta de rede cabeada padrão RJ-45 (Ethernet); 01 saída de áudio digital óptica ou analógica; 01 entrada de antena/cabo (padrão RF) compatível com o sistema brasileiro de TV digital. **Recursos de Smart TV:** Sistema operacional de mercado instalado de fábrica, com suporte nativo a atualizações de segurança, navegador de internet integrado, loja de aplicativos e funções de espelhamento de tela para computadores portáteis e dispositivos móveis. **Sistema de Áudio:** Alto-falantes estéreo integrados ao gabinete, com potência de saída combinada mínima de 20W RMS e suporte a decodificação de áudio digital de mercado. **Alimentação e Energia:** Fonte de alimentação integrada automática bivolt (110V/220V), operando na frequência de 50/60Hz. **Acessórios Inclusos:** Acompanha obrigatoriamente 01 controle remoto funcional com pilhas inclusas, cabo de alimentação, bases/pés de sustentação para mesa ou balcão e **01 suporte fixo de parede** compatível com o padrão de furação VESA do equipamento ofertado, com capacidade de carga adequada ao peso do aparelho.				
5	**IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL MONOCROMÁTICA A LASER (A4)** **1. DIRETRIZES OPERACIONAIS E CAPACIDADE:** **Funções Integradas:** Equipamento multifuncional com suporte nativo para funções de impressão, cópia e digitalização de documentos (*Scanner*); **Velocidade de Impressão/Cópia:** Rendimento e velocidade nominal de até 45 páginas por minuto (ppm) em formato A4; **Resolução de Impressão:** Resolução nativa de saída de no mínimo 1200 x 1200 dpi; **Painel de Controle:** Painel de operação frontal dotado de tela	**Und**	**1**		

	sensível ao toque (*Touchscreen*) colorida com tamanho mínimo de 7 polegadas; **Memória Interna:** Capacidade de memória volátil de processamento de até 3,5 GB. **2. SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO, SUPRIMENTOS E CONSUMÍVEIS:** **Capacidade Máxima de Papel:** Suporte para alimentação expansível de até 2.600 folhas; **Módulo de Expansão Opcional:** Compatibilidade com cassete complementar de alimentação de papel para alta capacidade (configuração de 500 folhas x 4); **Formatos de Mídia Suportados:** Tamanhos de papel compatíveis do padrão A5 até o formato Ofício (variando em dimensões mínimas de 13,9 cm x 21,5 cm a limites de 21,5 cm x 35,5 cm), com suporte para envelopes e tamanhos personalizados; **Toner Inicial (Incluso de Fábrica):** Fornecimento acompanhado de cartucho de toner inicial preto com capacidade de rendimento mínimo para até 6.000 páginas em padrão A4; **Rendimento do Cartucho de Reposição (Balizamento de Custos):** Compatibilidade com cartucho de toner padrão de reposição com rendimento médio aproximado de até 12.500 páginas em padrão A4, sob as diretrizes da norma internacional de aferição ISO/IEC 19752. **3. CONECTIVIDADE, COMPATIBILIDADE E ARMAZENAMENTO:** **Compatibilidade de Sistemas:** Suporte nativo e compatibilidade multiplataforma com diversos sistemas operacionais e ferramentas integradas de impressão móvel corporativa; **Interface e Gerenciamento de Impressão:** Compatibilidade com sistemas de gerenciamento eletrônico e recursos do tipo *Thin Print* (módulo integrado ou suporte equivalente); **Armazenamento de Dados:** Suporte para expansão e armazenamento por				

	meio de interface para Cartão SD (capacidades de 16 GB e 32 GB) e unidades de disco rígido/estado sólido (opções de armazenamento de 64 GB SSD, 256 GB SSD ou 512 GB SSD); **Interface de Rede Sem Fio (Wireless):** Suporte interno ou através de módulos de conectividade LAN sem fio integrados. **4. DIRETRIZES DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO:** **Proteção de Dados:** Presença de soluções e protocolos avançados embarcados de segurança e integridade de dados processados na memória; **Autenticação e Controle de Acesso:** Compatibilidade nativa com kit eletrônico de autenticação por meio de crachá/cartão de identificação por rádio frequência, garantindo o controle rígido de usuários. **5. DIMENSÕES FÍSICAS E PESO BRUTO DO EQUIPAMENTO:** **Dimensões Nominais Máximas (Largura x Profundidade x Altura):** Medidas corporativas estruturadas em até 47,4 cm x 47,4 cm x 57,4 cm (L x P x A);				
	VALOR TOTAL DO LOTE				

LOTE 2: MOBILIÁRIO CORPORATIVO

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	LONGARINA 03 LUGARES, TIPO DIRETOR: composta por 03 assentos individuais fixados em estrutura única, destinada a ambientes corporativos ou institucionais; Assentos e encostos com estrutura interna em madeira multilaminada ou similar, moldados anatomicamente, proporcionando apoio adequado às regiões lombar e dorsal; Espuma injetada anatômica em poliuretano, garantindo conforto e resistência ao uso contínuo; Revestimento em couro ecológico costurado, de alta resistência, com acabamento uniforme e fácil higienização, na cor preta; Dotada de braços laterais e intermediários fixos,	**Und**	**25**		

	com estrutura metálica resistente e apoio superior com acabamento compatível ao revestimento; Base estrutural em tubo de aço com pintura eletrostática anticorrosiva, com pés niveladores ou sapatas de proteção para o piso; Estrutura reforçada, sem folgas, empenamentos ou irregularidades; Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, estrutura e revestimento.				
2	**Sofá Corporativo de 02 Lugares** **Descrição Geral:** Assento estofado tipo sofá com capacidade para 02 lugares, destinado a recepções e salas de espera. **Dimensões Gerais (Limites de Tolerância):** Comprimento/Largura Total: Mínimo de 155 cm e máximo de 160 cm (visando atender à referência de 157 cm sem direcionamento de fabricante); Profundidade Total: Entre 75 cm e 85 cm; Altura Total: Entre 75 cm e 90 cm. **Estrutura Interna:** Confeccionada em madeira maciça de reflorestamento, imunizada e seca em estufa, ou material de engenharia equivalente, com reforços estruturais nas junções para evitar oscilações ou instabilidade. **Estofamento e Sustentação:** Sistema de sustentação do assento através de percintas elásticas de alta resistência ou molas, combinado com camadas de espuma injetada ou laminada de poliuretano (PU). **Revestimento:** Acabamento externo integral em material sintético impermeável texturizado (tipo Corino ou equivalente de alta resistência mecânica), com costuras industriais reforçadas, resistente a rasgos e atritos, permitindo fácil higienização. **Base e Pés:** Dotado de pés de sustentação fixos, confeccionados em material de alta resistência, equipados com sapatas de proteção para evitar riscos ou danos ao piso. **Capacidade de Carga:** Estrutura projetada para suportar uma carga estática distribuída mínima de 200 kg sobre a área dos assentos, sem apresentar falhas estruturais.	**Unid**	**1**		

	Cor e Normas: Acabamento externo do revestimento predominantemente na cor preta. O produto deverá atender aos requisitos de estabilidade, resistência e segurança aplicáveis ao mobiliário estofado institucional vigentes.				
3	**Sofá Corporativo de 03 Lugares** **Descrição Geral:** Assento estofado tipo sofá com capacidade para 03 lugares, destinado a recepções e salas de espera institucionais. **Dimensões Gerais (Limites de Tolerância):** Comprimento/Largura Total: Mínimo de 210 cm e máximo de 215 cm (visando atender à referência de 212 cm sem direcionamento de fabricante); Profundidade Total: Entre 75 cm e 85 cm; Altura Total: Entre 75 cm e 90 cm. **Estrutura Interna, Estofamento e Revestimento:** Padrão idêntico ao Item 2.2, preservando a harmonia estética e visual do mobiliário institucional (madeira tratada, percintas, espumas de alta resiliência e revestimento integral em material sintético tipo Corino). **Capacidade de Carga:** Estrutura dimensionada e reforçada para suportar uma carga estática distribuída mínima de 300 kg sobre a área dos assentos. **Cor e Acabamento:** Predominantemente na cor preta, livre de imperfeições, rebarbas ou desalinhamentos de costura.	**Und**	**1**		
	VALOR TOTAL DO LOTE				

LOTE 3: CLIMATIZAÇÃO E REFRIGERAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	**Aparelho de Ar-Condicionado Split Inverter 18.000 BTUs** **Descrição Geral:** Aparelho de condicionador de ar de formato dividido (tipo Split), composto por unidade interna (evaporadora) e unidade externa (condensadora). **Capacidade de Refrigeração e Ciclo:** Capacidade nominal de 18.000 BTU/h, Operação em	**Und**	**1**		

	Ciclo Frio. **Tecnologia do Compressor:** Tipo Inverter (com velocidade variável), visando maior eficiência energética, menor oscilação de temperatura e redução no consumo elétrico. **Eficiência Energética:** Classificação energética "A" estabelecida de acordo com as diretrizes e índices de desempenho vigentes do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel) / Inmetro. **Fluido Refrigerante:** Utilização de gás ecológico (como R-32, R-410A ou equivalente de mercado que não agrida a camada de ozônio), não inflamável e atóxico. **Funções Mínimas:** Modos de Refrigeração, Ventilação, Desumidificação e Automático; Controle de velocidade de ventilação; Defletores de ar com ajuste de direcionamento; Funções de temporizador (Timer) e modo noturno/sono. **Filtragem e Purificação:** Sistema de filtragem de ar integrado, lavável e de fácil remoção, capaz de reter poeira, impurezas, fungos e bactérias. **Alimentação Elétrica:** Tensão de operação compatível com a rede local (geralmente 220V), monofásico ou bifásico, na frequência de 60Hz. Acompanha controle remoto sem fio com tela digital.				
	VALOR TOTAL DO LOTE				

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONTRATO E REAJUSTE

3.1. O valor total do presente Contrato é de R$ 00,00 (escrever por extenso) nele incluídos todos os custos diretos e indiretos, frete, tributos e montage.

3.2. Os preços são fixos e irreajustáveis durante o prazo de entrega, observado o interregno mínimo de 01 (um) ano contado da data do orçamento estimado (art. 92, § 3º, da Lei nº 14.133/2021), aplicando-se o

IPCA/IBGE.

CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA, MONTAGEM, RECEBIMENTO E GARANTIA

4.1. A CONTRATADA deverá entregar os bens na sede da Câmara Municipal de Ibirapuã – BA, no prazo imediato contados do recebimento da Ordem de Fornecimento / Nota de Empenho.

4.2. Todos os bens deverão ser novos, de primeiro uso, em linha atual de fabricação e entregues nas embalagens originais lacradas (ressalvadas as peças desembaladas que necessitam de montagem).

4.3. Para o Lote 2 (Mobiliário Corporativo), a CONTRATADA obriga-se a realizar a entrega completa das 25 longarinas e a disposição dos sofás estes devidamente montados nos setores indicados pela Câmara, sem ônus adicional.

4.4. Para o Lote 3 (Climatização), à obrigação restringe-se ao fornecedor Entrega do aparelho novo e lacrado.

4.5. Recebimento: Provisório no ato da entrega; Definitivo em até 05 (cinco) dias úteis após conferência técnica, testes de funcionamento e tombamento.

4.6. Garantia Técnica: Mínima de 12 (doze) meses contados do Termo de Recebimento Definitivo, obrigando-se a CONTRATADA a reparar ou substituir bens com defeito no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos.

CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mensalmente com a apresentação das autorizações de fornecimento acompanhadas da respectiva nota fiscal e mediante da documentação necessária à sua liquidação, além da apresentação de:

a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, compreendendo Certidão da Dívida Ativa da União expedida pela Receita Federal e Procuradoria da Fazenda Nacional;

b) Prova de regularidade com a fazenda Estadual;

c) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal;

d) Prova de regularidade do FGTS com apresentação do Certificado de Regularidade Fiscal, CRF;

e) Certidão Negativa de Débito Trabalhista - CNDT, emitida pelo Tribunal superior do Trabalho.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIRGÊNCIA

O prazo de vigência deste Contrato será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, sem prejuízo da garantia técnica de fábrica superior.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão á conta de recursos especifícos consignados no orçamento Geral da Câmara Municipal do Município, quando da contratação.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA

Fica dispensada qualquer garantia para assegura a execução deste contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

As partes se obrigam a cumprir fielmente os regramentos discriminados no Processo Administrativo que originou o presente Contrato, o disposto na Lei n° 14.133 de 01 de abril de 2021, demais legislações que regem a matéria e os termos aqui acordados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A **CONTRATANTE** se obriga ainda a:

I. Verificar, minuciosamente, a conformidade da realização da entrega objeto deste contrato com as especificações constantes no respectivo Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

II. Exigir da **CONTRATADA** o fiel cumprimento do objeto do Contrato, observado o zelo necessário na execução da prestação dos serviços e o cumprimento dos prazos;

III. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do **CONTRATADO**, por meio de servidor designado para tanto (fiscalizador);

IV. Notificar, por escrito, o **CONTRATADO**, qualquer irregularidade encontrada na execução do objeto deste instrumento contratual, fixando prazo para sua correção;

V. Efetuar o pagamento na forma convencionada na CLÁUSULA QUINTA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São, ainda, obrigações da **CONTRATADA**:

I. Responsabilizar-se pela execução deste contrato, observando todas as condições aqui estabelecidas;

II. Responder legal e financeiramente por todas as obrigações e compromissos contraídos com terceiros para execução deste contrato, sobretudo pelas atividades de seus funcionários ou prepostos, bem como pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, securitários, comerciais e outros fins, não se vinculando, a **CONTRATANTE**, a qualquer título, quer solidariamente quer subsidiariamente;

III. Não oferecer o Contrato em garantia de operações de crédito bancário;

IV. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**;

V. Responder pelos danos ou prejuízos causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de dolo ou culpa, negligência, imperícia ou imprudência, na execução do objeto deste Contrato, diretamente, por seus prepostos e/ou empregados, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento feito pela **CONTRATANTE** ou por seus prepostos;

VI. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

VII. Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessárias à execução do contrato.

VIII. Emitir Relatório Mensal da Prestação dos Serviços realizados.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DAS REPONSABILIDADES

O inadimplemento, total ou parcial, das obrigações assumidas sujeitará o **CONTRATADO** às sanções previstas na titulo IV do capítulo I da Lei nº 14.133/2021, garantida a prévia defesa, ficando estipuladas as seguintes penalidades:

I. Advertência, que deverá ser feita através de notificação por meio de ofício mediante contra recibo do representante legal do **CONTRATADO**, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações descumpridas;

II. Multa de 0,03% (três centésimos por cento), por dia de atraso, sobre o valor do Contrato no descumprimento das obrigações assumidas até o 30º (trigésimo) dia;

III. Multa de 0,05 % (cinco centésimos por cento), por dia de atraso sobre o valor do Contrato, no descumprimento das obrigações assumidas, após o 30º (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

IV. Multa indenizatória de 20% sobre o valor da Nota de Empenho, no inadimplemento do Contrato e/ou no descumprimento das obrigações assumidas, sendo que no descumprimento parcial das obrigações o valor da multa será calculado proporcional ao inadimplemento;

V. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por um prazo de até 02 (dois) anos;

VI. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, consoante inciso IV, art. 156 da Lei n.º 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro - A multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontada da garantia dada pelo **CONTRATADO** faltoso, dos pagamentos eventualmente devidos pela **CONTRATANTE** ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Segundo – As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pelo **CONTRATADO**, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, e devidamente aceito pela **CONTRANTE**.

Parágrafo Terceiro – As sanções previstas nesta Clausula poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa ao **CONTRATADO**, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

Nos termos do art. 138 da Lei n° 14.133/2021, caberá rescisão de Contrato na ocorrência seguintes situações:

I. Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a **CONTRATANTE**;
II. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo Único - Quando a rescisão ocorrer com base no inciso do art. 139 da Lei n.º 14.133, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, será ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados que houver sofrido, tendo direito a pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DO VÍNCULO

Fica este contrato vinculado ao **Processo Licitatório Pregão Eletrônico Nº 002-2026**, dele fazendo parte independente de transcrição.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA – DO RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO

A execução do presente contrato será acompanhada e fiscalizada pela servidora Marta Maria de Lira Mendonça**, designado pela portaria 003 de 02 de janeiro de 2026**, com autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral controle e fiscalização da execução contratual.

CLÁUSULA DECIMA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de IBIRAPUÃ para solucionar qualquer dúvida decorrente deste Contrato, renunciando a qualquer outra por mais privilegiada que for.

Assim, por estarem justos e constatados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor, juntamente com testemunhas abaixo, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

Ibirapuã – BA, 18 de novembro de 2026

Jose Matias Viana Neto
PRESIDENTE
CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ

_____
EMPRESA

Testemunha:_____ CPF:

Testemunha:_____ CPF:

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002-2026 MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO TIPO – MENOR PREÇO POR LOTE

_____(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE),_____(CNPJ Nº), sediada no (a)_____
(ENDEREÇO COMPLETO), declara, sob as penas da lei, que cumpre, plenamente, os requisitos exigidos no procedimento licitatório referenciado.

Igualmente, declaramos sob as penas da lei, que nossos diretores, responsáveis legais e técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, não são empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Administração Pública, bem como nossa Empresa não está incursa em nenhum dos impedimentos elencados no Edital da licitação referenciada.

Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Cidade,____de_____de 20XX.

_____

(nome, carimbo, assinatura do responsável legal da empresa).

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CARGOS RESERVADOS PREVISTO EM LEI

_____(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE),_____(CNPJ Nº), sediada no (a)_____(ENDEREÇO COMPLETO), declara, sob as penas da lei, que a empresa possui a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atende às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Cidade,_____de_____de 202X.

_____

(nome, carimbo, e assinatura do responsável legal da empresa).

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, OU COOPERATIVA ENQUADRADA NO ARTIGO 34 DA LEI Nº 11.488, DE 2007.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002-2026 MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO TIPO –

MENOR PREÇO POR LOTE

DECLARO, sob as penas da Lei, em atendimento ao Edital do **Pregão Eletrônico nº XXX/20XX**, promovido pela CÂMARA DE MUNICIPAL DE IBIRAPUÃ, marcado para às **XX:00** horas do dia **XX/XX/20XX**, que a empresa (nome completo) – CNPJ n.º_____, com sede (ou domicílio) no (endereço completo), por mim representada, atende os requisitos previstos na Lei Complementar n° 123, de 14/12/2006, em especial quanto ao seu art. 3º.

Cidade,____de_____de 20XX.

_____

(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).

ANEXO VII

MODELO DECLARAÇÃO DA LICITANTE DE CUMPRIMENTO AO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 68, INCISO VI, DA LEI 14.133/2021).

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002-2026 MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO TIPO –

MENOR PREÇO POR LOTE

A signatária_____, inscrita no CNPJ nº_____, por intermédio de seu responsável legal_____, portador da Carteira de Identidade nº_____e CPF nº_____, declara par aos devidos fins do disposto no art. 68, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz

Sim( ) **Não ( )**

Cidade,____de_____de 20XX**.**

(nome, carimbo, e assinatura do responsável legal da empresa).

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DA LICITANTE DE QUE A PROPOSTA ECONÔMICA COMPREENDE A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS (art. 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021).

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002-2026 MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO TIPO –

MENOR PREÇO POR LOTE

A empresa_____, inscrita no CNPJ nº_____, por intermédio de seu responsável legal_____, portador da Carteira de Identidade nº_____e CPF nº_____, declara par aos devidos fins do disposto no art. 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Cidade,____de_____de 20XX**.**

(nome, carimbo, e assinatura do responsável legal da empresa).

ANEXO IX

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002-2026 AQUISIÇÃO DE BENS PERMANENTES CORPORATIVOS

Modelo de Credencial

A empresa.....estabelecida a.....inscrita no CNPJ nº.....através do presente, credencia o Sr.....,portador da cédula de identidade nº...de do CPF nº....., a participar da licitação instaurada pela CÂMARA Municipal de IBIRAPUÃ, na modalidade de Pregão Eletrônico, sob o nº **002-2026**, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa, bem como formular propostas, lances e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

....., de....., de 2026

ASSINATURA